



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE
CENTRO DE HUMANIDADES -(C. H).
MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA**

**EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: A formação para o bem comum
com o embasamento na natureza.**

Ana Cristina Batista Luz

Fortaleza, abril - 2008.

ANA CRISTINA BATISTA LUZ

EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: A formação para o bem comum com o embasamento na natureza.

Dissertação apresentada à Banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre do Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará, sob a orientação do professor Doutor Reginaldo Rodrigues da Costa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE

ANA CRISTINA BATISTA LUZ

EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: A formação para o bem comum com o embasamento na natureza.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Rodrigues da Costa-UECE

Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora-UFC

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas-UFC

Aprovada em: 25/04/2008.

Fortaleza-Ceará

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por acreditar em mim.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Reginaldo Rodrigues da Costa por seus ensinamentos, por me transmitir paz, por sua compreensão, bondade, paciência e apoio.

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento tecnológico-FUNCAP-por ter apoiado o projeto de pesquisa que resultou neste trabalho.

Agradeço aos meus professores e coordenadores do Curso de Mestrado em Filosofia da UECE pelos valiosos ensinamentos e aprendizado.

Agradeço aos meus amigos que me apoiaram com seu carinho e incentivo, especialmente meu amigo Antônio Luis Figueiredo que insistiu para que eu jamais desistisse.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, a minha sincera e profunda gratidão.

À minha mãe Vera, a pessoa mais fantástica que conheço, por seu amor e por sempre insistir em acreditar em mim e não desistir nunca de me apoiar em tudo que me proponho realizar.

Ao meu filho Rian Victor, amor verdadeiro e responsabilidade maior.

Ao Airton por seu apoio, companheirismo e paciência.

Ao meu amigo Antônio Luís Figueiredo pela amizade, por seu grande incentivo e apoio fundamental.

*“Não basta sermos bons, temos que
criar um estado de coisas onde a
bondade seja possível...”*

Berthold Brecht.

RESUMO

Uma reflexão a luz de Jean Jacques Rousseau sobre a necessidade de uma educação embasada na natureza para formação de um homem cidadão, como exigência para uma vida ética em sociedade é a proposta deste trabalho. Para tanto, a dissertação aborda questões referentes ao homem no estado de natureza, bem como a transição para o estado civil, onde este substitui a bondade natural pela degeneração na maldade artificial e neste contexto, a formação educacional do homem se apresenta como via capaz de produzir neste referido homem degenerescências morais e espirituais. O trabalho se conclui com exposições sobre a importância essencial de uma educação que permita uma conscientização política para possibilidade de um governo que efetivamente contemple o bem-estar social de todos com igualdade, liberdade e dignidade.

Palavras-chave: Educação. Política. Ética. Sociedade.

RÉSUMÉ

Une réflexion la lumière de Jean Jacques Rousseau sur la necessite d'une éducation basée dans la nature pour la formation d'une homme citoyen, comme exigence por une vie morale dans société c'est la proposition de ce travail. Pour tanto, la dissertation aborde des questions afférentes à l'homme dans l'état de nature, ainsi que la transition pour l'état civil, où celui-ci substitue la bonté naturelle par la dégénération dans la méchanceté artificielle et dans ce contexte, la formation scolaire de l'homme se présente comme manière capable de produire chez cet ledit homme des dégénérescences morales et des chants religieux. Le travail se conclut avec des expositions sur l'importance essentielle d'une éducation qui permette une sensibilisation politique pour la possibilité d'un gouvernement qui efficacement envisage le bien-être social de tous avec égalité, la liberté et la dignité.

Mots clé: Education. Politique. Ètique. Société.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO-----	09
CAPÍTULO 1-O ESTADO DE NATUREZA -----	12
1.1 O HOMEM E SUAS POTENCIALIDADES -----	16
1.2 A CONDIÇÃO DO BOM SELVAGEM-----	17
1.3 OS SENTIMENTOS NATURAIS-- -----	19
1.4 A DESNATURAÇÃO-----	26
CAPÍTULO 2 A SOCIEDADE CIVIL DEGENERADA -----	30
2.1 A DESFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS -----	31
2.2 A FORÇA COMO DIREITO-- -----	35
2.3 LIBERDADE E DEGENERAÇÃO -----	37
2.4 A SOCIEDADE ESCRAVIZA E DEGENERA O HOMEM -----	38
2.5 AS LEGISLAÇÕES TAMBÉM PODEM MANTER A DEGENERAÇÃO SOCIAL -----	42
2.6 SOBRE A DEMOCRACIA -----	43
2.7 A ARISTOCRACIA -----	45
2.8 A MONARQUIA -----	47
2.9 O GOVERNO É REFLEXO DA SOCIEDADE -----	49
CAPÍTULO 3 O DISTANCIAMENTO SOCIAL DA NATUREZA E A NECESSIDADE DE UM RETORNO A ELA-----	52
3.1 O DISTANCIAMENTO DA NATUREZA-----	55
3.2 AS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO E A NECESSIDADE DE UM RETORNO À NATUREZA -----	57
3.3 O MEIO SOCIAL, A PSIQUE HUMANA E A NECESSIDADE DE RETORNO À NATUREZA -----	60
CAPÍTULO 4. UMA FORMAÇÃO PARA O BEM COMUM COM O EMBASAMENTO DA NATUREZA--	63
4.1 HOMEM X NATUREZA -----	66
4.2 EDUCAR PARA CIDADANIA -----	70
4.3 EDUCAÇÃO E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA-----	73
CONCLUSÃO-----	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. -----	82

INTRODUÇÃO

O ser humano compreendido no binômio razão e sentimento necessita se posicionar no mundo de forma consciente para poder viver com liberdade e dignidade todas as circunstâncias que perfazem sua história, pois, a racionalidade e os sentimentos são elementos constituintes da própria formação humana. Neste diapasão, o homem precisa aliar o exercício de sua razão à sensibilidade para poder viver dignamente a possibilidade de uma vida ética dentro da coletividade.

Nessa perspectiva, para Rousseau, o homem vivendo em um mundo em que a degenerescência ética e moral estão iminentes à própria coletividade humana, precisa ser educado com o embasamento da natureza, para poder se estruturar como elemento capaz de transformar e reconstruir uma sociedade regimentada em valores humanos, o que é algo de grande valor para o resgate ético e espiritual da própria humanidade.

O presente trabalho visa expor, a partir das obras de Jean Jacques Rousseau, *O Emílio ou Da educação e O Contrato Social*, considerações a respeito de uma formação educacional com embasamento na natureza e para uma formação política que visa o bem comum. A partir dessa formação pode-se pensar à possibilidade de uma vivência ética e moral no meio social, onde valores como liberdade, justiça e igualdade formam a base fundamental da própria dignidade humana dentro da coletividade.

Neste horizonte, o ser humano necessita estar consciente de seu papel de homem cidadão dentro do ambiente coletivo, mas, para tanto, necessita ser preparado, isto é, precisa ser educado adequadamente para desenvolver uma cidadania consciente de seus direitos e deveres dentro da sociedade; È exatamente neste contexto, que emerge o papel da educação para uma articulação política do indivíduo para com o bem estar social.

Precisamente em Rousseau tal educação deve ser estruturada na própria natureza, onde a sensibilidade irá nortear os valores morais do homem e também o conduzirá ao pleno desenvolvimento da razão, base fundamental para construção de um cidadão verdadeiramente livre e politicamente adequado ao bom convívio social.

Nessa dissertação, tematizaremos como uma educação voltada para o bem comum e embasada na natureza, remete a um homem- cidadão. Assim, em primeiro lugar temos exposições a respeito do homem no estado de natureza, no qual este se apresenta como um ser naturalmente bom e desprovido de qualquer maldade, sendo ele, portanto, um ser que vive em harmonia com a natureza e fora do ambiente social degenerado. Neste horizonte, o homem natural vive isolado e tem em seus instintos os únicos elementos que norteiam sua conduta, não possui sua racionalidade plenamente desenvolvida e está nos instintos o norteamento de suas ações.

Em seguida, no segundo capítulo trataremos da transição do homem no estado natural para o estado civil onde sua bondade natural sucumbe, dando origem à maldade artificial e é neste contexto que a estrutura moral pode se apresentar como via capaz de produzir degenerescências morais e espirituais no mundo artificial, onde as pessoas vivem uma espécie de “individualidade coletiva” sem reconhecer a necessidade do bem estar social. Então, como o homem afastado da natureza se mostra exposto e vulnerável á um individualismo destruidor do meio social, é preciso, então, buscar uma via capaz de reverter esse quadro social degenerado e esta se encontra na formação educacional.

No terceiro capítulo apresentamos a importância da educação natural, onde o homem é educado de acordo com seu lugar de origem, a natureza, que tem em si todos os ensinamentos (que vão desde a sua alimentação frugal até a importância de exercícios físicos) que devem ser administrados de acordo com a idade do indivíduo para o bom desenvolvimento do corpo e da mente.

Finalmente, no capítulo quatro, trataremos sobre a importância do embasamento da natureza na educação do indivíduo, para que este desenvolva seus sentimentos, tendo a sensibilidade como uma aliada da razão permitindo que esta razão, possa ser potencializada corretamente no homem cidadão. E assim, à medida que o homem se tornar um indivíduo capaz de ter idéias justas e claras a respeito de si e do mundo a sua volta, poderá compreender a importância dos valores éticos e morais, e isto fará com que este homem perceba no próprio corpo social o meio de romper a degeneração identificada na comunidade. Neste capítulo, constam também, aspectos sobre a questão da legitimação da sociedade que tem por finalidade a garantia do bem estar social.

Enfim, temos uma revisitação à obra de Jean Jacques Rousseau, mais precisamente seus escritos sobre a formação educacional e política, *Emílio ou Da educação e o Contrato Social*, respectivamente, onde a educação embasada na natureza surge como base fundamental para uma estruturalização moral, social e política do homem em caráter individual e coletivo.

CAPÍTULO 1

O Estado de Natureza.

Antes de considerar o homem social e suas degenerescências morais, é necessário recorrer ao homem natural, descrito por Jean Jacques Rousseau como o bom selvagem. Este, abandonado pela natureza ao seu puro instinto, tem nos sentidos a única via norteadora de sua conduta, e sua estrutura moral está fundamentada na sensibilidade, que é algo essencial para que se possa perceber a formação do homem natural. Assim, somente após observar o estado de natureza do homem será possível compreender o estado civil e suas falibilidades, porque é saindo do estado de natureza que o ser humano partirá rumo ao progresso, à desigualdade e, também, à sua própria destruição ética, moral e social.

Para Rousseau, o homem é considerado um ser da natureza, e este ao ter que adentrar na artificialidade do meio social, precisará manter dentro de si seus bons princípios naturais, caso contrário, isso contribuirá para seu próprio desaparecimento ético e espiritual. Assim, é preciso observar o homem em estado de natureza, pois, afirma Rousseau: *“Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de voltar até o estado de natureza, mas nenhum deles chegou até lá”*.(Rousseau, 1999,p.52)

O ser humano, em seu estado natural, sobrevive sem vínculos sociais e de tal forma que, dispondo de tudo que necessita para viver e não tendo preocupação com o futuro, vive no mundo desconhecendo tudo que não

estiver no âmbito de suas necessidades diárias. Na perspectiva rousseauiana, a vida do ser humano no estado de natureza, é algo bem limitado, pois o homem natural vive em função de suas sensações primitivas e o que existe de maior importância na vida deste se encontra na alimentação e na sexualidade. Nesse sentido, o homem no estado de natureza aproveita os dons que a própria natureza oferece para sobreviver e não mantém nenhum tipo de relação permanente com seus semelhantes.

O homem natural é guiado por seus instintos naturais de conservação, seus sentimentos são puros e desprovidos de moralidade na medida em que *“querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase as únicas operações de sua alma”* (Idem, ibidem, p.65). Neste contexto, ele é auto-suficiente e vive em perfeita harmonia com seu meio ambiente, onde a caça, a fêmea e o repouso formam a base de sua sobrevivência de modo tranquilo e agradável.

Para Rousseau o homem em estado de natureza é alguém que age somente a partir de seus instintos e de sua sensibilidade, isto é, o homem natural instintivamente conhece o repouso e a liberdade e, por isso, tem em si mesmo o bastante para se satisfazer. Os princípios que norteiam o homem natural são anteriores à razão, e estes são: o amor de si e a piedade. Por nortear suas ações a partir destes princípios, o homem natural não será capaz de fazer mal a nenhum de seus semelhantes e nem a outro ser qualquer, a não ser que isso implique de alguma forma em sua própria defesa.

O homem natural mantendo uma relação de integridade com a natureza não irá desenvolver nem vícios, nem virtudes, haja vista ele desconhecer ambos. Seus males se resumem à fome e à dor, e seus bens são: a fêmea, a comida e o repouso. Rousseau nos diz que o homem em sua condição original vive de certo modo uma perfeição com a vida natural e isolada, pois tem uma existência satisfeita e sossegada, muito diferente do homem de sociedade. Neste sentido, nos diz Rousseau: *“Evitemos, pois, confundir o homem selvagem com os homens que temos diante dos olhos. A natureza trata todos os animais abandonados a seus cuidados com uma*

predileção com que parece querer mostrar quanto é ciosa desse direito". (Idem, ibidem, p.62).

Com uma vida natural harmoniosa, o homem começou a se modificar a partir de suas próprias descobertas, que o conduziram para uma espécie de segundo estado de natureza, isto é, uma fase em que o homem muito embora não estivesse inserido no meio social, este já principiava o esboço do contato social, e um dos grandes momentos de mudança foi o uso da linguagem que o conduziu exatamente do isolamento ao convívio social. Neste contexto, temos que somente com o surgimento das dificuldades, o homem foi desenvolvendo contato com outros semelhantes, e isso o levou a perceber que havia certas semelhanças entre eles em relação a situações em comum. Sobre a linguagem, nos diz Rousseau:

A primeira língua do homem, a língua mais universal, a mais enérgica e a única de que se necessitou antes de precisar-se persuadir homens reunidos, é o grito da natureza. Como esse grito só era proferido por uma espécie de instinto nas ocasiões mais prementes, para implorar socorro nos grandes perigos ou alívio nas dores violentas, não era de muito uso no curso comum da vida, onde reinam sentimentos mais moderados. (Idem, ibidem, p. 70).

Desse modo, a comunicação através da linguagem foi algo lento e gradual e só foi se intensificando quando as idéias foram se multiplicando entre eles e isso fez com que o homem notasse que, em certas circunstâncias, ele poderia ter o apoio de seus iguais no interesse comum. A partir da identificação deste interesse comum, o homem natural começou a ter suas primeiras noções da necessidade de um acordo mútuo. Embora os indivíduos tivessem ligações esporádicas e a linguagem ainda fosse algo muito precário, estes indícios de sociabilidade iniciaram as mudanças que foram surgindo ao longo dos tempos.

Mudanças como a descoberta de novos instrumentos, a comunicação escrita, novas técnicas de armazenamento de comida, dentre outras afins, culminaram no desenvolvimento de processos associativos necessários à sobrevivência da humanidade, que começava a apresentar a exigência de

vida coletiva. Mesmo com o surgimento dessa necessidade gregária, não houve nenhum tipo de planejamento ou preparação do homem, para que este pudesse estar apto ao convívio social. E em função dessa ausência de preparação ocorreu o despertar de más potencialidades e estas não eram formuladas dentro de um estado natural benéfico, pois o homem natural bastando-se a si mesmo e com poucas paixões, não teria como desenvolver potencialidades maléficas, uma vez que só sentia suas verdadeiras necessidades imediatas e não havia educação e nem progresso, além da inexistência do ambiente coletivo. Sobre isto leiamos Rousseau:

O homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possuía senão os sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver, não fazendo sua inteligência maiores progressos do que a vaidade. Se por acaso descobria qualquer coisa, era tanto mais incapaz de comunicá-lo quanto nem mesmo reconhecia os próprios filhos. A arte parecia com o inventor. Então, não havia nem educação, nem progresso; [...] (Idem, ibidem, p. 81.82).

1.1 O homem e suas potencialidades.

Por Rousseau considerar o homem natural um ser fora da sociabilidade, afirma que este só desenvolverá suas potencialidades relativas à própria humanidade quando estiver integrado a um meio social, ou seja, somente neste momento é que o homem assumirá seus aspectos sociais e, então, poderá cultivar costumes e desenvolver seu aspecto cultural. Porém, mesmo com o desenvolvimento necessário dos aspectos sociais e culturais do homem, o filósofo de Genebra sempre afirmou que o homem natural, por viver em harmonia em seu lugar de origem, a natureza, é mais bem constituído em termos físicos e possui maior qualidade de vida em relação ao homem desnaturado e inserido no meio social. Leiamos Rousseau:

O próprio homem tornando-se social e escravo torna-se fraco, medroso e subserviente, e sua maneira de viver frouxa e afeminada, acaba por debilitar ao mesmo tempo sua força e sua coragem. Acrescentemos que, entre a condição selvagem e a doméstica, a diferença de homem para homem deverá ser ainda maior do que a existente de animal para animal. (Idem, ibidem, p. 62.)

Além do aspecto físico, é preciso ainda considerar a parte emocional do homem natural, pois esta compõe a base dos sentimentos que servirão de fundamento para o desenvolvimento da razão. O homem selvagem limita-se ao sentimento natural da piedade e a sua própria conservação ou amor de si, ou seja, ele não possui as paixões violentas que agitam o coração humano, pois o homem da natureza desconhece as paixões violentas e maléficas que são capazes de causar desordem e crimes, como a raiva desenfreada, o ódio, o egoísmo e a ambição, que podem levar o homem à sua destruição.

Rousseau argumenta que estes sentimentos são próprios do convívio social, por conseguinte, do homem artificial, que para conter ou controlar melhor tais paixões necessita de leis para reprimi-las.

A concepção de homem natural em Rousseau, (o homem compreendido como um indivíduo isolado do convívio social e que mantém uma relação harmoniosa com as leis da natureza), é algo de importância fundamental para que se compreenda a concepção de lei, o próprio nascimento da sociedade civil, bem como a noção do corpo político. Ora, tudo advém a partir da concepção de homem no estado de natureza, pois, a compreensão da instituição da sociedade civil provém da compreensão do estado de natureza, do qual o homem fazia parte. Neste sentido, compreender o homem natural torna-se pré-condição para a inteligibilidade da fundamentação do poder e da própria política, isto é, as teorias erigidas em torno da interpretação de uma gênese da sociedade, tornam-se possíveis apenas em uma dedução, cujo princípio devemos buscá-lo em uma criatura pré-social, pois será exatamente na compreensão do desenvolvimento da vida do homem em estado de natureza e sua saída deste estado que se dará o escopo da formação social.

1.2 A condição do bom selvagem.

Para analisar e compreender a importância e o valor do homem natural, na ótica rousseauniana, é preciso reconhecer toda a formação do bom selvagem, que, embora não tivesse ainda desenvolvido as suas potencialidades humanas, era um ser feliz e integrado com seu meio natural. Este homem natural, vivendo como errante entre as matas e florestas, não tinha nenhum estabelecimento de vínculos emocionais ou morais com seus semelhantes e, por conseguinte, nenhuma intenção de prejudicá-los, haja vista que nem sequer era capaz de percebê-los em sua singularidade. Tinha

consigo apenas sentimentos naturais, que se norteavam a partir de suas próprias necessidades. Nesse sentido, não havia para ele nada além da satisfação de suas necessidades primitivas de auto conservação. Leiamos Rousseau: *“Não constituem, pois, para esses primeiros homens, nem tão grande mal, nem, sobretudo, tão grande obstáculo à sua conservação, a nudez, a falta de moradia, e a privação de todas as inutilidades que consideramos tão necessárias.”* (Ibidem, p. 63).

A simplicidade da vida natural selvagem e isolada do homem lhe conferiu uma existência simples, capaz de garantir sua própria sobrevivência diária. Evidente que, com este modo de vida, o homem não se submetia a nada além dos ditames da própria natureza e sua vida livre lhe proporcionava a satisfação completa de todas as suas mínimas necessidades, que eram resumidas ao alimento, ao repouso e a fêmea, e isso fazia com que o homem natural não desenvolvesse outros males além da fome e da necessidade de repouso, de modo que, *“com tão poucas fontes de males, o homem, no estado de natureza, não sente, pois, necessidade de remédios e, menos ainda, de médicos.”* (Ibidem, p.62).

Contudo, os homens em estado de natureza também apresentavam, quanto ao aspecto físico, algumas diferenças entre si, mas isto não era capaz de influenciar significativamente sua vida em liberdade. Eis o que Rousseau afirma acerca desse fato:

Ora, se se fizer uma comparação entre a diversidade prodigiosa da educação e de gêneros de vida que reina nas várias ordens do estado civil, e a simplicidade e uniformidade da vida animal e selvagem, na qual todos se alimentam com os mesmos alimentos, vivem da mesma maneira e fazem exatamente as mesmas coisas, compreender-se-á quanto deve a diferença de homem para homem ser menos no estado de natureza do que no estado de sociedade e quanto aumenta desigualdade natural na espécie humana por causa da desigualdade de instituição. (Ibidem, p.82).

Para Rousseau, ainda que fosse identificado em algum homem no estado de natureza qualquer tipo de vantagem em relação aos demais, tal vantagem não seria algo que pudesse ser levado em consideração, porque

como o homem natural não mantém laços de dependência mútua, e também no estado natural o ser humano não tem percepção apurada para estabelecer relação entre as coisas, qualquer vantagem atinge um caráter de nulidade mediante a situação e modo de vida vigente entre os homens em estado de natureza. Assim, a desigualdade, ainda que possa vir a existir neste estado, de fato não terá influência significativa, pois não podemos desfrutar de vantagens, ou coisa que o valha, se não é possível reconhecê-las para nos apropriarmos delas.

Diante da igualdade entre os homens no estado de natureza, Rousseau reverencia a importância da bondade natural do homem; o autor propõe como bondade natural a própria impotência do homem natural de desenvolver sentimentos (egoísmo, inveja, avareza, etc.) que só podem surgir a partir da sociabilidade humana. Nesse sentido, o homem não conhece o significado da cobiça, do poder, do desejo de ter algo que não seja imediatamente útil a ele.

O homem em estado de natureza não possui imaginação, não é capaz de refletir sobre clemência, nem justiça, pois não existe meio para que tais sentimentos possam ser desenvolvidos. O homem natural inicia sua existência conduzindo-se através da sua sensibilidade e do puro instinto. Entretanto, vive em liberdade natural e tem como querer e não querer algo, e pode desejar ou não, e é essa possibilidade de escolha que o faz um ser livre, uma vez que, mesmo estando na natureza, ele pode obedecer ou resistir a ela.

1.3 Os sentimentos naturais

No campo dos sentimentos naturais irão emergir as paixões que despertarão no homem todos os princípios constituintes da sociedade e da própria moral. A partir das paixões iniciais, todas as outras paixões poderão ser fomentadas e desenvolvidas no ser humano. Devemos, então, iniciar

observando a piedade enquanto paixão natural e primeira. Antes de tudo, porém, devemos nos precaver de que a piedade não é uma simples paixão, pois ela está implícita no amor de si do homem, no seu próprio desejo de conservação, de modo que ela é um sentimento obscuro, porém, vivo dentro do homem natural, que o conduz a identificação com o outro.

A piedade se explicita no meio natural, na identificação da dor que o homem natural observa no outro semelhante, pois muito embora viva em um meio isolado, às vezes que se depara com seu semelhante, em uma situação de dificuldade, faz o homem natural tem capacidade de ver o outro submetido a uma situação dolorosa, e isto devido a sua capacidade sensitiva. Assim, ao sentir que a dor do outro poderia também causar dor a ele e incomodá-lo, o ser sensitivo se apresenta no homem natural, num misto de preocupação com a sua auto-conservação e também na dor que poderia sentir do mesmo modo que o outro sente. A respeito da piedade, escreve Rousseau:

Não creio ter a temer nenhuma contradição, se conferir ao homem a única virtude natural que o detrator mais acirrado das virtudes humanas teria de reconhecer. Falo da piedade, disposição conveniente a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como o somos; virtude tanto mais universal e tanto mais útil ao homem quando nele precede o uso de qualquer reflexão, e tão natural que as próprias bestas às vezes são dela alguns sinais perceptíveis. (Ibidem, p.77).

O amor de si, sentimento inato que faz o ser tratar de manter sua própria conservação, sempre se faz num horizonte de olhar o outro e, ao mesmo tempo, traz consigo o embasamento para o surgimento de outras paixões (piedade, bondade, solidariedade, ternura) consideradas suaves, doces e sempre benéficas à alma humana, por se tratarem de sentimentos puros e naturais provenientes dos corações limpos e de almas nobres e impolutas, dotadas de sentimentos capazes de despertar sempre a comiseração e a bondade natural.

Rousseau reconhece as paixões como pertencentes à natureza; entretanto, para ele, será através delas que o ser humano vai nascer verdadeiramente em sentido moral e social. Rousseau classifica as paixões,

considerando como benéficas as paixões nascentes da natureza e, prejudiciais, as nascentes da sociedade, através do amor-próprio, que é sentimento desenvolvido somente na sociedade. Assim, o mal é social e não faz parte da essencialidade natural do homem.

Enquanto não surgiam as primeiras invenções, que transformaram as relações do homem com a natureza, e enquanto não havia a necessidade de se relacionar com os outros, o ser humano não desenvolvera o sentimento de superioridade; por conseguinte, não alimentava a necessidade de dominação. Porém, a partir dessa transformação, a auto-diferenciação entra em cena tornando-o desejoso de submeter aqueles que ele julga inferiores a si e distintos de si. Evidentemente que, apenas em um meio regido pela artificialidade, tais desejos seriam possíveis. Assim sendo, *é fácil de ver “que entre as diferenças que distinguem os homens, inúmeras, consideradas naturais, são unicamente obra do hábito e dos vários gêneros de vida que os homens adotam em sociedade”*. (Ibidem, p. 82).

Quando o homem, vivendo sob as intempéries da natureza, abandonou seu modo de vida sedentário e passou a se fixar mais em determinado lugar, surgiram às diferenças entre as famílias e, por conseguinte, o surgimento da propriedade, trazendo consigo o início da sociedade civil. Sobre isto nos diz Rousseau:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” Grande é a possibilidade, porém, de que as coisas já então tivessem chegado ao ponto de não poder mais permanecer como eram, pois essa idéia de propriedade, dependendo de muitas idéias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes,

transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza. (Ibidem, p. 87).

Assim, fica notabilizado que o homem natural foi, de certo modo, tentando se adaptar gradualmente de acordo com as mudanças ocorridas em seu modo de vida a uma nova realidade que ia surgindo, pois a espécie humana foi crescendo e, junto a isso, os trabalhos se multiplicaram e a própria reiteração da adequação dos vários seres, a si mesmos, conduziu o espírito do homem a perceber novas relações, e, neste contexto, o surgimento da propriedade vem como uma espécie de conseqüência finalista do próprio estado natural.

A abordagem rousseauiana observa que é preciso perceber a diferença do indivíduo natural e das alterações adquiridas por ele, como resultado da evolução da espécie humana. Os fatos que alteraram, de alguma forma a ordem natural da vida do homem selvagem levaram-no, de algum modo, a um certo tipo de evolução, e isso fez o gênero humano crescer e, à *“medida que aumentou o gênero humano, os trabalhos se multiplicaram com os homens. A diferença das terras, dos climas, das estações pôde forçá-los a incluí-la na sua própria maneira de viver.”* (Ibidem, p.88). Isto suscitou, necessariamente, o estabelecimento do contato com o outro semelhante, principiando o convívio social, ainda que fosse inicialmente muito superficial.

Enquanto o homem natural tinha como garantir sua vida e sua liberdade, este manteve-se feliz e viveu em plena harmonia com a natureza, mas, quando os obstáculos como as intempéries do clima, a escassez de frutos, a diferença das terras se apresentaram como alheios a esta harmonia, então, houve o surgimento do que se poderia chamar de estado de guerra. Isso ocorreu, dentre outras coisas, quando os indivíduos deixaram de dormir sob as árvores e encontraram nas pedras instrumentos de corte, que lhes serviram para cortar lenha, trabalhar na terra, enfim, quando surgiram às primeiras mudanças na atitude comportamental do homem, provocando, desse modo, uma revolução no modo de sobrevivência

e, conseqüentemente, tudo se modificou e a vida já não estava tão garantida como antes. Neste sentido, Rousseau nos diz que:

Tudo começa a mudar de aspecto. Até então errando nos bosques, os homens, ao adquirirem situação mais fixa, aproximam-se lentamente e por fim formam, em cada região, uma nação particular uma de costumes e caracteres, não por regulamentos e leis, mas, sim pelo mesmo gênero de vida e de alimentos e pela influência comum do clima. (Ibidem, p.91.92).

Então, na medida em que o homem natural foi se submetendo aos novos modos de vida, como dedicar-se à sobrevivência utilizando recursos, como fogo, a casa coberta de argila, o machado de pedra e outros instrumentos que permitiram a ele uma nova condição de vida, tudo se transformou e a vida em meio à natureza foi admitindo uma espécie de desarmonia e em pouco tempo o homem estava disputando a própria sobrevivência, ou seja, já não havia mais harmonia e paz.

Quando o indivíduo tornou-se incapaz de garantir sua vida no meio ambiente, foi estabelecendo laços de ajuda mútua, e em função de sua própria incapacidade de administrar sozinho as adversidades da nova vida no meio natural, houve, com a evolução da espécie humana, o que se poderia chamar de segundo estado de natureza do homem. Neste segundo estado de natureza, o indivíduo ia, a cada dia, estabelecendo novos tipos de contatos com seus semelhantes, em função de suas novas descobertas, e isto significava progresso na evolução do ser humano, mas, tudo ia acontecendo de uma forma quase natural e algumas vezes, até aleatória.

Acrescente-se que, nesta fase da vida do ser humano, este só estava interessado em garantir sua própria vida e a daqueles que lhes eram interessantes sob algum aspecto, como os animais que pudessem lhes dar alimento e a fêmea que satisfazia seus desejos e que já aparecia como a reprodutora e mãe dos filhos.

Na medida em que as necessidades iam surgindo, os laços de relacionamento mútuo dos homens iam aumentando, trazendo, por conseqüência, devido à diversidade de interesses que era algo crescente a

cada dia, o aparecimento de conflitos de convivência. Antes da instauração de fato da sociedade civil, coisa que se dará somente com a instituição da propriedade, a espécie humana foi remetida a um período de grandes adversidades e, como não havia ainda a instituição da lei para garantir suas vidas, cada um se fazia seu próprio juiz.

Todos viviam juntos, porém, era cada um por si, ninguém era autoridade de ninguém, porque na selva os homens não tinham lei. A coletividade tratava de conservar sua liberdade, sua vida, sua família e seus valores com seu próprio e exclusivo custo e, na medida em que a realidade de vida apresentava mudanças, as relações do indivíduo com o mundo também se modificavam. Por isso, o homem começou a desenvolver novas relações de comparação entre as coisas e os outros semelhantes, o que antes não percebia. Rousseau nos lembra que:

Essa adequação reiterada dos vários seres a si mesmos e de uns a outros levou, naturalmente, o espírito do homem a perceber certas relações. Essas relações, que exprimimos pelas palavras grande, pequeno, forte, rápido, lento, medroso, ousado e outras idéias semelhantes, comparadas ao azar da necessidade e quase sem pensar nisso, acabaram por produzir-lhe uma certa espécie de reflexão, ou melhor, uma prudência maquinal, que lhe indicava as precauções mais necessárias á sua segurança. (Ibidem, idem.)

Assim, ainda sem lei civil, à medida que não eram mais capazes de ter uma vida limitada, tranqüila e com harmonia, os homens começaram a se perceber também desprotegidos pela natureza, isto é, tudo agora estava num patamar muito longe daquela vida primitiva natural do ser humano.

Ao desenvolver novas sensações e habilidades, o homem foi despertando novas paixões e os sentimentos começaram a se modificar e amadurecer no coração humano, tanto aqueles que se poderiam considerar bons como os maus. Os sentimentos de disputa e cobiças foram aos poucos se desenvolvendo no coração humano, e então surgiu o desejo de possuir algo de que não tinha necessidade imediata, e, desse modo, as pessoas, mesmo não estando no pleno gozo de sua razão, começaram a desenvolver

uma relativa agressividade em função do outro, pois seu semelhante agora podia vir a ser um grande inimigo, na luta pela sobrevivência.

Esta luta exigiu, por sua vez, a instauração de uma convivência emergencial necessária a um homem despreparado para viver em comunidade e isso, em meio a um verdadeiro caos, porque os laços que foram desenvolvidos não tinham regras pré-estabelecidas. Assim sendo, não havia ordem, tudo acontecia em meio ao acaso, em função das circunstâncias e, também, dos acontecimentos que faziam crescer a necessidade do coletivo, para manutenção da espécie humana.

Estavam todos juntos e, ao mesmo tempo, sós. Não tinham se desenvolvido bastante para pensar numa forma de associação segura e benéfica para todos, de modo igual. Diante da situação, a espécie humana encontrava-se vivendo de forma desarmônica com seu meio natural e não podia mais viver sozinha, por estar inadaptada ao convívio em grupo, porém o homem estava vivendo na coletividade e à *“medida que as idéias e os sentimentos se sucedem, que o espírito e o coração entram em atividade, o gênero humano continua a domesticar-se, as ligações se estendem e os laços se apertam”*.(Ibidem, p.92).

Observamos que Rousseau consegue identificar nitidamente o homem no estado de natureza e o caminho percorrido por ele, na passagem para o estado civil. Nesta perspectiva, o autor procura através de uma reconstrução racional da história humana não só compreender o mal social, mas, também, como seria possível superá-lo. Para tanto, Rousseau vai, a partir de situações hipotéticas, mas, com fundamento lógico, buscar em suas reflexões a origem do mal e também do que poderia ser o remédio deste.

Seus estudos não visam apenas os fatos, mas sim à legitimidade que estes possam vir a ter na justificação da condição de vida do homem. Nessa perspectiva, Rousseau procura, em todos os sentidos, reencontrar no ser humano, os elementos morais necessários para que seja possível uma reavaliação de idéias e sentimentos intrínsecos ao homem referente, à sua

existência, e, neste ideário, busca a possibilidade de reconduzi-lo a uma vida mais dignificante, sob todos os aspectos.

1.4 A desnaturação.

Na transição do estado de natureza para o estado civil ou sociabilidade, o homem se encontra totalmente perdido. Ele não está seguro de si e não sabe mais como lidar com as circunstâncias que permeiam sua vida. Nessa passagem, o homem natural ficou estranho e se modificou de uma forma difícil de compreender, que mesmo quando este ainda nem havia se dado conta de sua própria evolução, já estava se comunicando, vivendo em cabanas com mulher, filhos, e, ainda, absorto com a idéia de trabalhar a terra e as demais habitualidades, que iam se aperfeiçoando. Contudo, o homem não abandonou a vida selvagem e natural, o que aconteceu foi que, com a evolução e o progresso da própria humanidade a vida na selva foi se tornando algo impraticável.

Aliado ao desenvolvimento intelectual do homem e oriundo do estabelecimento do convívio mútuo entre os homens veio, também, o modo de conviver adotado pelos próprios indivíduos, estabelecendo regras que visavam muito mais o bem estar individual do que o coletivo propriamente dito e isto porque as pessoas não estavam habilitadas para a vida em comunidade. Então, por um lado, a vida em comum foi propiciada em função da garantia da sobrevivência da espécie, mas, por outro lado, na medida em que o homem ia aumentando seus laços sociais, a convivência ficava cada dia mais no âmbito do insuportável, porque as leis iam se formulando de um modo sempre a beneficiar uns em detrimento de outros.

Nesse diapasão, a estruturação do convívio social era embasada a partir de meras individualidades; então, a vida em conjunto foi ficando muito distante do que havia sido proposto no início de tudo, quando os homens, vivendo em estado racionalmente imaturo e se percebendo incapazes de

continuar a garantir suas vidas, por si mesmos, buscaram se organizar em grupos para ajudar a si e aos seus semelhantes, no intuito, sempre, do bem-estar comum. Contudo, é *“preciso observar, porém, que a sociedade iniciada e as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diversas daquelas que deviam á sua constituição primitiva”*. (Ibidem, p.93). Nesse sentido, o homem ia se tornando, aos poucos, mais racional e também individualista, desejando, antes de tudo, seu próprio bem-estar pessoal.

Com a atrofia do bem-estar comum e a preponderância de sentimentos espúrios no coração humano, o homem aos poucos foi suplantando os bons sentimentos, e, assim, o ser humano, embora não estivesse plenamente desenvolvido por sua razão, já apontava alguns indícios de domínio sobre a sensibilidade.

O homem, na medida em que ia se conduzindo por sua razão e desenvolvia seus sentimentos em relação aos seus semelhantes, tinha a cada dia um acréscimo de necessidades e era exatamente neste contexto que os conflitos de convivência surgiam. Nesse sentido, as necessidades individuais aumentavam e iam se confrontando e alimentando o sentimento de disputa entre os homens, não só pela sobrevivência, mas para se sentir, sempre, em uma posição de superioridade diante dos demais. Então, quando as convenções foram se implantando entre os homens, os problemas de conciliação de interesses comuns ficavam cada vez maiores e as soluções quase sempre beneficiavam mais a uns, que a outros.

As diversas formas associativas eram sempre conflituosas e era muito difícil conciliar os interesses particulares com os interesses coletivos. Assim sendo, Rousseau propõe o reconhecimento de que a evolução histórica e cultural do homem fosse algo necessário, mas não exatamente benéfica a este, pois, ao adentrar no mundo civilizado, o homem por não conseguir preservar seus valores fundamentais, como a liberdade e a igualdade, tornou-se um ser fraco, dependente e escravo de uma sociedade injusta e desigual.

Considerando essa relação entre o homem, a natureza e a sociedade, Rousseau em suas obras sobre educação e política, *Emílio ou Da Educação* e *O Contrato Social* procurou mostrar que o homem natural é um ser naturalmente bom e livre, que sua sensibilidade e seus instintos são desprovidos de qualquer maldade. Leiamos Rousseau:

Ora, nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo, quando colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil, e compelido tanto pelo instinto quanto pela razão a defender-se do mal que o ameaça, é impedido pela piedade natural de fazer mal a alguém sem ser a isso levado por alguma coisa ou mesmo depois de atingido por algum mal. (Ibidem, idem).

O homem foi afastado de sua condição de ser livre, algo inato que precisa ser resgatado pela própria humanidade, pois foi submetido a uma condição de vida que não garante seus direitos naturais e o conduz à mediocridade da escravidão, em um mundo, em que tudo é desigual. Cabe ao próprio homem buscar, em si mesmo, a cura de todo o mal social, haja vista que Rousseau acreditava na capacidade humana de conseguir a regeneração de sua decadência moral e espiritual, adquirida a partir de sua inserção no mundo artificial, que é muito diferente da vida em estado de natureza. Eis o que Rousseau afirma sobre essa diferença: “*O homem selvagem e o homem policiado diferem de tal modo, tanto no fundo do coração quanto nas suas inclinações, que aquilo que determinaria a felicidade de um reduziria o outro ao desespero*”.(Ibidem,p.114).

Sobre a concepção do homem natural, o pensamento de Rousseau sempre assume um caráter precursor de grandes teorias políticas modernas, na medida em que propõe o homem como um ser da natureza capaz de ter e externar bons sentimentos, que viabilizariam o desenvolvimento de uma racionalidade norteada por princípios voltados para a cidadania e, por conseguinte, para uma vida harmoniosa em comunidade; isto torna possível pensar na possibilidade de uma convivência mais propícia para a coletividade, reconhecendo o bem-estar social como elemento finalista da sociedade e ponto fundamental para manutenção da própria humanidade.

A mera possibilidade de haver como perceber o homem enquanto ser, capaz de compreender que melhores regras de conduta podem ser uma saída para seu bem-estar e segurança dentro da coletividade, promove a expectativa de que, mesmo estando imerso em um ambiente social completamente degenerado, ainda haverá como reverter situações que não corroboram com a permanência de uma vida coletiva benéfica para todos. Neste sentido, Rousseau acredita que o homem pode ser capaz de promover atitudes para melhorar o ambiente coletivo, mas é preciso que este tenha intenções fundamentadas em sua bondade moral, isto é, as intenções e ações do homem devem estar em harmonia com sua natureza, para que este possa ser bom e justo com ele mesmo e com todos. Sobre isto, leiamos Rousseau: *“Se a bondade moral estiver em conformidade com nossa natureza, o homem não poderá ser sã nem estar bem constituído senão na medida em que for bom.”* (ROUSSEAU, 2002, p.55).

CAPÍTULO 2

A SOCIEDADE CIVIL DEGENERADA.

Conforme as considerações rousseauianas, a respeito da formação social instituída pelo homem, a partir das bases em que se constroem as relações de convivência que se tem a sociedade da qual se faz parte. Segundo Rousseau: *“Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem”* (ROUSSEAU, 1999, p.07). Assim sendo, é no âmbito social que as relações são estabelecidas de modo a contribuir ou prejudicar o pleno desenvolvimento de uma comunidade composta de homens dignos ou indignos à vida social.

O homem pode ser moralmente fraco e a fraqueza o submete a sua própria degeneração social. Assim, a desigualdade engendrada entre sua força e seus desejos, fazendo-o desejar mais do que pode ter, aponta para uma sociedade fundamentada nas diferenças e na própria segregação social. Nesse sentido, é possível perceber que numa sociedade, onde não existem princípios de igualdade, os seres humanos serão sempre totalmente passíveis de se deixar dominar pela ganância e se corromper pelo desejo de poder e pela vaidade de querer ser superior aos seus semelhantes.

Esse desejo de superioridade e humilhação de uns, em relação aos outros, não é considerado natural para Rousseau, pois tais desejos vão de encontro à própria pessoa no seu verdadeiro bem. Tal forma de relação é prejudicial não apenas para quem se propõe superior, mas, também, para aquele que é submetido a uma condição de inferioridade. Quando uma pessoa se converte em uma criação artificial formulada por regras e preceitos de outros, seu valor e o próprio eu natural é afastado de si; ela não se pertence mais e está a mercê de outros, pois, a indumentária, a etiqueta

que adota, a posição que ocupa na sociedade e a própria riqueza transformam-se em símbolos de uma detestável e prejudicial superioridade que redundará num meio social completamente alienado. Para evitar situações dessa natureza, faz-se necessária uma base adequada para a cooperação em sociedade, único meio de universalização do bem-estar. Em suma, para que exista o bem-estar social, é preciso um meio social justo e próspero, pois as pessoas necessitam se reconhecer dentro da sociedade e cada um deve saber qual o lugar que ocupa, empenhando-se no desenvolvimento do seu papel social.

Neste sentido, é preciso existir uma identidade socialmente construída entre o bem comum e o bem pessoal, compondo uma espécie de alienação benéfica para humanidade. É precisamente por isso que o modo como os homens se relacionam entre si precisa ser observado para ser compreendido, e para que seja possível esta observação se faz necessário estudar a sociedade bem como os homens que a compõem. Escreve Rousseau: “é preciso estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade”. (Idem, p. 309).

Para iniciar um estudo da sociedade, a partir dos homens, é preciso começar observando a família. Rousseau afirma que a mais antiga de todas as formas de associação e a única que ele considera natural é a família, precisamente porque se constitui como decorrência irremissível da necessidade instintiva, à medida que os filhos se prendem aos seus genitores por sua necessidade de conservação e também por obediência. No entanto, quando tal relação de dependência deixa de existir, a família subsiste agora não mais como instituição natural, mas sim como algo convencional. Portanto, a família enquanto instituição natural se apresenta essencialmente como um recurso necessário a sobrevivência, muito embora, em função da própria convivência, existam laços afetivos que envolvam todos os seus partícipes, além é claro dos princípios ou regras de convivência por eles estabelecidos. Deste modo, é na família que surgem os primeiros sentimentos provenientes de uma relação social estabelecida.

Rousseau propõe a família como instituição social fundamentada no sentimento de amor-próprio, pois, para ele, este sentimento certamente esclarece o liame em que a família foi se estruturando em meio à própria natureza do homem. Desse modo, para compreendermos como as relações familiares foram se desenvolvendo e transformando a atitude comportamental das pessoas dentro da sociedade, necessitamos entender o amor-próprio. Este sentimento surge quando o ser humano formula qualquer tipo de contato social com seu semelhante, pois, a partir daí, surge o desejo natural (que parte da própria necessidade de conservação) de se manter num âmbito de superioridade diante do outro, aflorando a vontade de dominar, de se fazer melhor do que aquele cuja relação de contato social foi estabelecida, de modo que é dentro da relação social que o amor-próprio se manifesta, e este sentimento (amor-próprio) é um desejo agressivo que tem necessidade de controlar os outros.

Nessa perspectiva, considerando a relação hierárquica que existe dentro da família, onde os filhos sempre ficam subordinados aos pais, e estes, por sua vez, se impõem através da autoridade, é possível entender que, através desta relação, o amor-próprio, é fomentado no seio familiar e na medida em que os filhos são subservientes e se sentem controlados e dominados, estes são ao mesmo tempo, orientados a exercer um mesmo tipo de controle e autoridade para com todos aqueles que, de algum modo, julguem inferiores ou dependentes deles.

Assim, mesmo quando cessa o domínio e controle dos pais sobre os filhos, o sentimento de amor-próprio já existe em cada membro da família e estes o conservam nas outras relações sociais estabelecidas após a família.

2.1 A desfiguração das relações humanas.

Segundo Rousseau, o ser humano foi ao longo de sua existência imergindo em diversas relações sociais e as pessoas, despreparadas para viver em comunidade no afã de conseguir sobreviver da melhor maneira possível, deixaram suscitar o desejo de ser dominante, de impor subserviência e, desse modo, buscaram legitimidade na degradação alheia e, por isso, as relações humanas foram se desfiguradas e corrompidas pelo desejo de prestígio e fama, que requerem subordinação e deferência.

Neste sentido, o intercuro humano se faz permear por valores medíocres compostos por cobiça, malevolência, agressão, etc., ou seja, o próprio contato social faz com que o homem deixe o amor de si e o substitua pelo amor-próprio, entendido como um bem falacioso que consiste apenas na dominação pessoal de uns sobre os outros, *“pois o eu do homem social não se reconhece mais em si mesmo, mas se busca no exterior, entre as coisas; seus meios se tornam seu fim”* (STAROBINSKY, 1991, p.35).

O amor-próprio é um desejo agressivo que exige o poder, na medida em que um homem, ao construir um lugar de destaque na sociedade, institui sua superioridade em relação aos outros. No entanto, não significa dizer que este seja necessariamente o fim do indivíduo em sociedade, pois, embora as características do amor-próprio sejam produzidas em âmbito social, é possível existir uma forma de associação humana que possa ser interessante, criativa e benéfica ao indivíduo. Para tanto, é necessário que cada um se encontre na mesma condição do outro, em todos os aspectos sociais e que todos possam estar, apesar dos seus desejos de poder, conforto e domínio, em convivência igual.

Antes de avaliarmos esta condição equânime, precisamos aprofundar o conhecimento do caráter corrompido da sociedade que a antecede. Retornemos, pois, à questão da família. Na medida em que a família se apresenta como a primeira forma de associação entre os indivíduos e que ao se tornar convencional, se mostra como um liame de corrupção e degenerescência social, inevitavelmente os conflitos de valores e interesses são gerados em seu seio. Por conseguinte, isto será refletido nas relações sociais estabelecidas *a posteriori*, pois quando se começa a ter a família como simples meio de manter uma vida benéfica para si próprio, sem considerar o interesse coletivo e o bem-estar de todos os membros da família, se inicia o exercício de sentimentos egoístas e de dominação, onde, embora todos estejam vivendo e convivendo juntos, cada um trata de preservar seu interesse particular. Com efeito, em um meio social onde cada qual trata de si e todos desconhecem o valor do relacionamento entre amigos ou parentes, passando a viver em comunidade sem nenhum tipo de comunhão, o que se tem é que a valorização das pessoas por si mesmas não importa mais e o que interessa realmente é a aparência, a artificialidade exposta diante do cenário social vigente.

Nesse meio social fundamentado na falsidade e na própria superficialidade das coisas, os laços de família vão se tornando apenas convenções que engendram um jogo de disputa e interesses. Nela, a afetividade e os valores morais quase não subsistem e, no contexto, avaliar o outro, por sua dignidade e caráter, é algo completamente descartado. Então, quando o fundamento da sociedade vigente se encontra nas relações tendenciosas de ambição e desejo de poder, o bem comum sucumbe diante do caos instalado. Temos, pois, a família convencional como uma das causas de um cenário social degenerado. Examinemos, a seguir, outras de suas características: a força.

2.2 A força como direito.

Apesar das mais variadas espécies de convenções degeneradoras da moralidade humana, Rousseau considera o ser humano senhor de si, um ser perfeitamente capaz de se habilitar a promover convenções benéficas como meio de sobrevivência, até porque é preciso que se estabeleçam bases convencionais para a vida em sociedade, uma vez que o sentido do mal-estar urbano, denunciado pelo autor nas contradições sociais que este percebe no ambiente social degenerado, é algo que pode ser revertido pelo próprio homem frente a uma possibilidade de reestruturação social. Assim, diz Rousseau: “*Visto que homem algum tem autoridade natural sobre seus semelhantes e que a força não produz nenhum direito, só restam às convenções como base*” (ROUSSEAU, **Do Contrato Social**, 1999,p.61).

No estabelecimento das relações sociais, é importante perceber os aspectos referentes à questão do estabelecimento de direitos e deveres dos indivíduos, isto é, faz-se necessário conhecer em que âmbito fica determinado o direito de superioridade ou subordinação de um indivíduo diante do outro, entretanto, a referida superioridade ou subordinação nada tem haver com a imposição da força física ou força bruta. As habilidades que um desenvolve para a realização é neste aspecto, um elemento importante na determinação desta fundamentação hierárquica. Nesse sentido, Rousseau, sobre a questão do direito do mais forte ou superior, sustenta que “*O mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever*”.(Ibidem, p. 59). Para Rousseau, a força não possui nenhum tipo de moralidade que possa vir a legitimá-la como um dever ou mesmo como um direito. A força pode até se impor, mas o direito adquirido pela força não possui nenhuma base legítima e

consistente, porque quando a força terminar ou for superada, o pseudo direito também terminará junto com ela.

Na verdade, considerar a força como direito dentro das relações sociais é algo impertinente, pois, nesse caso, não existiria o que poderíamos chamar de direito legítimo, pois a força não produz o direito. Ninguém se submete ou se dá gratuitamente em troca de nada, quando existe algum tipo de subserviência certamente existe algum tipo de força que impõe referida submissão, pois, nenhum homem e muito menos um povo se submetem gratuitamente. Afirma Rousseau:

Afirmar que um homem se dá gratuitamente constitui uma afirmação absurda e inconcebível; tal ato é ilegítimo e nulo, tão só porque aquele que o pratica não se encontra no completo domínio de seus sentidos. Afirmar a mesma coisa de todo um povo é supor um povo de loucos: a loucura não cria direito.(Ibidem,p.62).

E sendo a força ilegítima, compreende-se, nesse âmbito, que a alienação também o é, pois não assegura a conservação e nem o bem-estar comum e ainda pode interferir na própria qualidade do homem, que é a liberdade, pois esta não pode existir de forma plena, se o ser humano estiver submetido a qualquer tipo de subserviência de modo ilegítimo como acontece quando existe a imposição de algum tipo de força ilegítima à revelia do meio social.

2.3 Liberdade e degeneração.

Tematizaremos, agora, a questão da liberdade em meio a sociedade degenerada em seus valores sociais, onde a submissão e a superioridade do amor-próprio corroboram com uma vida social injusta, desigual e licenciada, em sua liberdade. Para Rousseau, a liberdade se constitui fundamento moral

e, como tal, deve nortear toda conduta humana, sobretudo, a vida em sociedade, pois será exatamente nas relações urbanas que a liberdade pode ser tolhida. Trata-se de um princípio que deve ser devidamente assegurado no meio social, mais do que isso, Rousseau aponta a liberdade como irrenunciável, como a própria garantia da sobrevivência do homem, tanto no seu estado de natureza, como no seu estado civil.

No entanto, a liberdade civil promoveu a degeneração da liberdade natural. Rousseau atribui à sujeição de uma determinada classe à outra a questão do sentimento de ambição que foi desenvolvido pelos indivíduos no ambiente coletivo degenerado e que ficou nítido no meio social, a partir da atitude comportamental das pessoas que compunham este meio coletivo. O homem, ao se encontrar totalmente despreparado para viver no meio social, acostumado a viver na natureza, sem necessitar ter contato com seu semelhante, foi submetido ao convívio com outros de sua espécie de forma abrupta e sem nenhum tipo de esclarecimento. Além de perder sua aguçada sensibilidade e seus sentimentos naturais, tais como: o amor de si e a piedade natural, o homem também se tornou um ser social degenerado a partir da própria formação familiar que, como vimos antes, ao se tornar uma sociedade convencional adotou valores diversos daqueles provenientes do estado de natureza.

Então, no momento em que os modos, atitudes comportamentais e sentimentos artificiais adquiridos na família convencional se refletiram nas relações *a posteriori*, a liberdade natural degenerou-se e, em seu lugar instalou-se uma espécie de escravização imposta pela sociedade, que não somente corrompeu o indivíduo, mas, sobretudo, tolheu-lhe sua liberdade através da subserviência, da imposição de valores corruptores da moralidade e da extrema desigualdade social. Neste contexto, a liberdade natural é escravizada pela vida civil e, com isso, é o próprio homem que se encontra agrilhado pela sociedade como será exposto a seguir.

2.4 A Sociedade escraviza e degenera o homem.

De acordo com a obra rousseuniana, "*O Contrato Social*", o homem passou a viver no meio artificial quando se tornou impraticável a própria conservação de si em meio à natureza. No entanto, apesar da impossibilidade de continuar vivendo naturalmente, o homem não estava preparado para viver no ambiente coletivo. Para Rousseau, o homem era verdadeiramente livre no estado de natureza, porém, ao adentrar no meio social, surgiram outras necessidades, ou seja, seu prazer se direcionou para outros objetos, ao mesmo tempo em que suas paixões ilusórias foram dominando todo o seu ser. A vida, no meio artificial, foi se impondo e muitos homens sucumbiram numa vida permeada por valores medíocres e hipócritas, onde o que importava não era a pessoa, vista sob a perspectiva moral, mas o status que ocupava na hierarquia social. Desse modo, gerava-se uma grande disparidade social, onde muitos viviam em situação de miséria, enquanto uma minoria vivia no conforto e na opulência.

Nesse contexto, havia aqueles que, mesmo percebendo as desigualdades e injustiças sociais cometidas contra a grande maioria, nada faziam para reverter este quadro de injustiça, ao contrário, prestavam-se a manter sua vida miserável, por pura covardia ou, simplesmente, por não acreditar ser possível qualquer mudança, e o que faziam era lamentar seus infortúnios e manter uma conformação quanto à situação de miséria, que estavam submetidos; eram pessoas omissas para consigo mesmas e negligentes diante do caos que tinham se instalado em suas vidas sócio-econômicas.

Rousseau indaga a respeito da vida quase intolerável da sociedade de sua época e conclui que as pessoas não estando mais no estado de natureza, onde encontravam no instinto tudo que era preciso para viver, devido a sua nova condição artificial foram transformando-se negativamente, e, com "horizontes ampliados", sucumbem em sua liberdade e se escravizam diante do poder civil de dominação, onde a subserviência surge no homem, configurando-se a partir do acúmulo de riquezas e propriedades.

Nessa perspectiva, existe o que se poderia chamar de inversão de valores morais ou implementação da imoralidade e, até mesmo, da amoralidade do ser humano, pois é justamente no ambiente social que as relações morais podem se externar e as pessoas, em função do acúmulo de riquezas e, principalmente, da posse de propriedades, permitiram-se uma imposição de valores fundamentados, a partir exatamente da situação econômica de cada um, isto é, as pessoas eram classificadas e acolhidas no meio social em função única e exclusivamente de suas posses. Tudo girava em função da riqueza e do luxo.

Assim, o homem civil, à luz de Rousseau, não tem capacidade de escolha, não possui uma personalidade própria, vive um constante intercurso de opiniões e frivolidades, imergindo sempre na mediocridade das falsas decisões de outrem e, este homem civil que surge, é alguém que se faz subserviente ao julgo do poder e até se compraz em fazer ou se tornar parte do que se poderia chamar “jogo das vaidades”, pois todos estão a mercê de valores e ideais medíocres, que têm no luxo e na aparência seu principal fundamento.

Desse modo, todos os convivas procuram apenas fazer parte e ser bem aceitos numa sociedade engendrada a partir do acúmulo de riquezas materiais, onde as questões concernentes à moralidade, à espiritualidade e ao bem-estar social de todos é algo completamente impertinente, imperando sempre a idéia de manter, acima de tudo, a boa aparência, isto é, não importa se as pessoas vivem bem ou mal suas vidas, o que interessa é demonstrar sempre uma situação de vida feliz e confortável, pois, assim, haverá aceitação por parte dos demais.

Nessa perspectiva, as pessoas se moldaram a partir de um misto de vigilância e fingimento mútuos, isto é, ninguém é capaz de agir segundo suas próprias crenças e valores, todos estão na busca incessante do poder ou de posições que apontem para um lugar de destaque diante dos demais. Deste modo, a chamada civilização que não teve como ensinar uma civilidade verdadeira e correta, transformou o ser humano em alguém dissimulado e enganador.

Diante de tantas falácias, Rousseau afirma ainda que até mesmo a implementação da lei só ocorria quando os papéis sociais já estavam previamente estabelecidos, isto é, o mais forte já se impõe diante dos demais, e a lei se perfaz como um bom mecanismo para subjugar o homem. Diz Rousseau: *“Tal foi ou deve ser a origem da sociedade e das leis que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade.”* (Ibidem, p. 32).

Para o autor, a ordem social tem sua gênese em convenções e não na natureza. No meio social, há a dominação e a utilização da violência de uns sobre os outros, e a escravidão nada mais é do que um recurso para suprir a insegurança própria dos que se consideram superiores. Em meio à organização social, os homens foram atribuindo poderes àqueles que decidiram nomear chefes ou governantes. Houve desse modo, uma espécie de renúncia da própria liberdade em detrimento da autoridade convencionalmente instituída, porquanto as convenções foram se tornando a base de toda autoridade legítima.

Considerando que permanecer no estado natural era algo impraticável, uma vez que a própria ebulição das paixões levaria o homem a sucumbir, então, os homens se propuseram uma espécie de comunidade onde um poder superior iria governá-los de acordo com leis que pudessem protegê-los contra os inimigos, assegurar seus direitos e manter a concórdia entre todos. Tem-se, assim, instaurado um estabelecimento político, onde todos concorrem na sua fundamentação de base servil, isto é, a sociedade civil emerge em torno de um estado, cuja base repousa no aprisionamento do homem civil¹.

O ser humano, na medida em que desejara se organizar, a fim de manter sua liberdade, foi-se deixando levar pela sujeição, pela dominação e

¹. Nesta perspectiva, o estado natural segue em direção diametralmente oposta ao estado civil alicerçado em grilhões.

foi se tornando escravo da sua própria condição social. Para Rousseau, tal submissão ocorreu em proporções cada vez maiores, à medida que os próprios cidadãos se permitem oprimir em busca do poder. Neste horizonte, Rousseau apresenta um meio social composto de pessoas que norteiam sua conduta de acordo com as convenções impostas pela sociedade degenerada da qual fazem parte, e, neste meio social corrompido, existem pessoas que são capazes de glorificar a quem desprezam num misto de hipocrisia e mediocridade constantes neste ambiente coletivo fazendo parte da subserviência aos poderosos ou aos chamados superiores dirigentes que garantem a proteção e a segurança servil, onde estes referidos dirigentes promovem uma usurpação dos direitos da maioria em benefício de uma minoria privilegiada.

Pois bem, nesta perspectiva, o que se apresenta é a formulação de um meio social ineficaz, para a efetivação da liberdade, com igualdade dos direitos individuais e coletivos de todos. Contudo, é certo que não somente as relações sociais internas mantêm a degeneração social, mas as próprias legislações são de grande relevância para o estabelecimento da hierarquização social e a manutenção de uma sociedade injusta e desigual, como analisaremos a seguir.

2.5 As legislações também podem manter a degeneração social.

Para Rousseau, a degeneração da sociedade não está presente somente nas relações particulares, mas, também, nas legislações. Neste sentido, na própria estrutura legislativa é possível verificar que esta corrobora ou não para a manutenção da degeneração moral e social do homem. Então, muito mais que perceber o homem dentro dos pequenos grupos sociais, é necessário observar as estruturas governamentais, as quais estão todos submetidos, pois, estabelecendo uma visão panorâmica de cada tipo de governo aplicado à determinada sociedade, ficará nítida a influência benéfica

ou maléfica do governo na estrutura social. Se houve a aplicação do governo certo e ideal a um determinado povo, certamente a sociedade será mais bem constituída e refletirá um meio social mais digno do que aqueles governados por sistema legislativo inadequado ou inconveniente ao povo que governa.

Nessa perspectiva, é importante considerar que muitos são os sistemas de legislação e cada nação, tal qual o homem, possui suas próprias características. Desse modo, é preciso observar as legislações para que se possa compreender as circunstâncias e necessidades de cada povo no que diz respeito a que melhor lhes convém. Nesse sentido, deve-se atentar para todos os objetivos gerais que se fazem presentes em todas as boas instituições, pois, como nos diz Rousseau: “[...] *precisa-se conceder a cada povo um sistema particular de instituição, que seja o melhor, não talvez em si mesmo, mas para o estado a que se destina.*” (ROUSSEAU, op. cit., 1999, p. 128).

O que faz com que o Estado tenha bases sólidas e vida longa é que suas convenções sejam formuladas, considerando sempre a necessidade de uma harmonia entre as relações naturais e as leis, ou melhor, que ambas estejam, sempre, de acordo nos mesmos pontos, porque havendo uma discordância entre a natureza das coisas, diante da imposição da lei, haverá conflito e o Estado perecerá. O princípio a ser tomado deve seguir os parâmetros que indicam a ordem natural das coisas. Leiamos Rousseau: “*A fim de ordenar o todo ou para dar melhor forma possível, a coisa pública, há várias relações a considerar. Primeiro, a ação do corpo inteiro agindo sobre si mesmo, isto é, a relação do todo com o todo, ou do soberano com o Estado*” (Ibidem, p.31).

A relação soberania e Estado é regulamentada por regras específicas e convenientes a todos, pois a lei, como um instrumento regulador da boa convivência, pode e deve ser formulada, reformulada e, até mesmo, extinta pelo povo, vez que tudo deve sempre primar pelo bem-estar da coletividade. Neste sentido, é importante observar cada governo em sua objetividade completa, porque quando o povo é governado por uma estrutura legislativa inconveniente, isso é refletido na própria degenerescência do Estado, que

vai engendrando um governo, indo de encontro ao seu povo. Muito embora cada governo tenha suas particularidades e falibilidades que lhes são próprias, todos, de algum modo, têm como se adequar a determinado tipo de sociedade.

2.6 Sobre a Democracia.

Antes de tudo, sobre a democracia anuncia Rousseau: “O termo no rigor da acepção, jamais existiu, jamais existirá uma democracia verdadeira” (Ibidem, p. 151). A democracia, em sua forma genuína, encontra-se certamente imbuída de uma prática utópica, pois os aspectos contingenciais e circunstanciais sempre a remeterão a exigência de formas mistas. Nesta perspectiva, não é possível garantir a aplicação da democracia pura, pois o surgimento das exceções nunca poderá ser completamente descartado, principalmente, quando se trata de uma forma de governo, que fundamenta seus princípios no próprio povo, enquanto participante direto da condução do Estado. Trata-se de um governo que, necessariamente, partiria do povo. Expressa Rousseau sobre um Estado conveniente à Democracia:

Um estado muito pequeno no qual seja fácil reunir o povo e onde cada cidadão possa sem esforço conhecer todos os demais; segundo uma grande simplicidade de costumes que evite a acumulação de questões e as discussões espinhosas; depois, bastante igualdade entre as classes e as fortunas, sem o que a igualdade não poderia subsistir por muito tempo nos direitos e na autoridade, por fim pouco ou nada de luxo. (Idem, na mesma página).

Com estas palavras, Rousseau confirma que, a possibilidade de um governo, nos moldes democráticos, deve reconhecer que a ostentação, o luxo, etc., são elementos corruptores da igualdade, pois desencadeiam uma via capaz de remeter o Estado à fragilidade, inviabilizando o próprio governo

que, no caso da democracia, se degenera em demagogia, e, esta, por sua vez, expõe a opulência como reflexo da riqueza corruptora dos ricos, por suscitar nestes o desejo desmesurado de posse e, também, por agir sobre os pobres, despertando a inveja e a cobiça. Nessa perspectiva, é possível identificar que, em um governo degenerado, a opinião assume um papel decisivo na vida de todos, à medida que as pessoas passam a se julgar, mutuamente, em torno da vaidade e da opinião.

E os cidadãos, já entregues à vaidade e ao desvelo, fundamentam tudo na falsidade e na hipocrisia e estes fundamentos se estendem e se refletem para além das relações interpessoais, isto é, não se trata de ter a hipocrisia e a falsidade em pequenos grupos sociais, mas também nas instituições governamentais que atuam de modo verdadeiramente demagógico na vida da coletividade, propiciando um enorme abismo entre o que deveria fazer para manter uma estrutura governamental sólida e condizente com a realidade do povo e o que realmente faz, ou seja, não existe convergência entre o que o governo se propõe a fazer para a manutenção do Estado e do bem estar social, com aquilo que é feito de fato.

Assim, para a democracia ser mantida, exige-se um povo bem adequado e que as pessoas vivam, realmente, numa coletividade participativa, pois, em geral, o que de fato existe é sua degeneração ou, apenas, um arremedo de democracia. Some-se a isto o seguinte alerta de Rousseau:

“Acrescentemos que não há forma de governo tão sujeita á guerras civis e as agitações intestinas quanto à forma democrática ou popular, porque não há outra que atenda tão forte e continuamente a mudar de forma, nem que exija mais vigilância e coragem para ser mantida na forma original.” (Ibidem, na mesma página).

A ausência de um padrão fixo de uso do poder, devido o caráter transitório do poder democrático, faz da democracia um tipo de governo excessivamente sensível a oscilação do humor social e, desse modo, as

legislações democráticas ao invés de aprimorarem os cidadãos, somente manifestam a própria instabilidade dos mesmos.

2.7 A aristocracia. .

Após a apreciação da democracia, cabe então agora, recorrermos à outra forma de governo analisada por Rousseau -a aristocracia- destacada pelo autor, em sua forma eletiva, como uma das formas mais habilitadas a manter a estabilidade do Estado.

Sobre a aristocracia, escreve Rousseau:

Há, pois três espécies de aristocracia natural, eletiva e hereditária. A primeira só convém a povos simples; a terceira é o pior de todos os governos. A segunda o melhor governo, é a aristocracia propriamente dita, estabelecida por eleição, meio pelo qual a probidade, as luzes e a experiência e todos os outros motivos de preferência e de estima pública constituem outras novas garantias de que será governado sabiamente. (Idem, p. 154).

A possibilidade da implementação de um governo habilitado a manter um Estado forte, tendo o povo como prioridade, está inscrito para Rousseau na aristocracia eletiva, que se pode compreender como uma espécie de social democracia, *in verbis*: “*Em uma palavra, a melhor ordem e a mais natural é que os doutos governem a multidão, quando se tem certeza de que o fazem visando o benefício dele e não o seu.*” (Idem, na mesma página). Ora, um governo que se configura, observando as particularidades essenciais da sua nação, está implícito na Aristocracia eletiva designada por Rousseau. De um modo mais sucinto, temos que: um governo, onde seus dirigentes possuem conhecimentos e habilidades para conduzir o Estado,

observando prioritariamente o benefício da população, sem jamais manipular o Estado, em benefício próprio, é, obviamente, mais que conveniente.

Entretanto, é impossível desprezar que tal governo seja relativamente impraticável, por considerarmos que a existência de dirigentes aptos para promovê-lo é algo difícilimo, e, se atentarmos para existência de um meio social degenerado, onde os indivíduos que compõem a sociedade são imorais e individualistas, como seria possível pensarmos governantes doutos que tivessem além do esclarecimento intelectual, uma formação moral consciente da necessidade de sobrepor os interesses coletivos aos particulares? Em um ambiente social de valores corrompidos, o que pode imperar é a degeneração da aristocracia em oligarquia, regime exclusivista, usurpador da soberania, que está bem adequado á uma sociedade permissiva e degenerada, isto é, para um povo egoísta, individualista e ambicioso, um governo idêntico.

2.8 A monarquia.

Outra forma de governo, analisada por Rousseau, que também propicia a individualidade e a ambição, notadamente, por parte do governante, seria a Monarquia, onde poder e ambição degeneram profundamente o detentor do poder.

Na monarquia, o rei não é um símbolo do poder que exerce em função do bem público, mas o proprietário de um poder que emana de sua volição arbitrária. Em suma, na monarquia, o poder é personalizado e não personificado pelo Rei. O inconveniente da monarquia Rousseau expressa nesta passagem;

Se não existe, porém, um governo que possua mais vigor, não há absolutamente outro em que a vontade particular disponha de mais império e mais facilmente domine as outras; é verdade que tudo se movimenta para o mesmo fim, mas esse objetivo não é o da felicidade pública, e a própria força da administração volta-se continuamente contra o Estado. (Idem, p.58).

Para Rousseau, a dominação e o poder, através da subserviência, aniquilam a legitimidade da monarquia que, quase sempre, degenera em tirania. Nela, o povo é oprimido pela fraqueza, em todas as suas instâncias, a fim de que não se habilite, sob nenhum aspecto, a oferecer qualquer tipo de resistência ao governo. Assim, afirma Rousseau:

Creio que supondo os súditos sempre perfeitamente submissos, o interesse do príncipe seria então que o povo se tornasse potente a fim de que essa força, sendo sua, o tornasse temível aos vizinhos, mas como tal interesse só é secundário e subordinado, e como as duas suposições se mostram incompatíveis, parece natural que os príncipes sempre prefiram a máxima que

Ihes sejam imediatamente útil. (Idem, na mesma página)

Neste horizonte, compreendem-se, os aspectos circunstanciais que fundamentam a tirania aliada ao governo despótico, pois o rei na possibilidade de escolher entre ter um povo poderoso que possa oferecer proteção ao Estado, mas que não é submisso a ele, prefere oprimir e promover a submissão do povo, pois a subserviência deste povo em última análise garante antes de tudo a própria soberania do rei à medida que estão submetidos à vontade deste. Além disso, aliada à injustiça inerente ao governo monárquico, emerge a questão da capacidade do governante para exercer com competência necessária sua função de comandar, pois:

Um defeito, essencial e inevitável, que sempre colocará o governo monárquico abaixo do republicano, é que neste o voto público quase sempre eleva aos primeiros postos homens esclarecidos e capazes, que os preenchem com honra, enquanto os que surgem nas monarquias, não passam, comumente, de pequenos trapalhões, pequenos intrigantes, cujos pequenos talentos, que nas cortes facilitam o acesso aos grandes postos, só servem para mostrar ao público, assim que ascendem, sua inépcia. (Idem, p.159)

Pelo aspecto em questão, tudo concorre para degeneração da monarquia, principalmente o governante que não está apto a comandar um povo, que, inclusive, em função do próprio sistema governamental opressor e ineficaz, apresenta-se como uma sociedade fraca, degenerada e oprimida. Tudo seria o reflexo de um governante moral e intelectualmente despreparado, em razão da mediocridade intelectual, proveniente de uma educação deficiente que, se colocada em posição de comando, certamente, conduzirá qualquer governo a trilhar caminho diverso daquele que poderia chamar-se de governo justo.

Assim sendo, a formação de um governante, capaz de bem conduzir o Estado é algo inexorável ao bom governo. Um rei precisa ter formação intelectual, moral e social que possam se mostrar como vias condutoras das

suas atitudes. Para tanto, seria preciso possuir discernimento e habilidade intelectual para bem conduzir seu povo, garantindo o poder, sem a necessidade de utilizar-se do recurso fracassado da submissão e da ostentação do poder tirânico.

Não é isso o que certamente ocorre, pois o soberano, na figura do rei, ainda que venha ter algum esclarecimento intelectual, quase sempre é detentor de uma moralidade corrompida pelo poder que, na maioria das vezes, lhes é conferido por hereditariedade, e nunca pela capacidade de governar. Assim, um rei que tenha sido verdadeiramente preparado para bem governar seu povo, praticamente inexistente e o que se consegue perceber nos governos monárquicos, em geral, é um despotismo esclarecido.

Portanto, não somente a monarquia, mas todos os governos analisados por Rousseau (democracia, monarquia e aristocracia), demonstram que o aspecto estrutural de cada forma de governo, engendra, de algum modo, os elementos que vão fomentar a fragilidade dos pontos basilares e estruturais de cada sociedade.

2.9 O governo é reflexo da sociedade.

Democracia, aristocracia e monarquia, todas estas formas de associações políticas, com seus respectivos governos e legislações, oferecem inconvenientes que agravam e manifestam a degeneração social. Como dito anteriormente, os governos sempre refletem as sociedades que governam e nunca se apresentam institucionalmente puros. Sobre isto, se exprime Rousseau:

Falando-se com propriedade, não há governo simples. É preciso que um chefe único tenha magistrados

subalternos; é necessário que um governo popular tenha um chefe. Assim, na divisão do poder executivo, há sempre uma gradação do maior número ao menor, com a diferença de que as vezes o grande número depende do pequeno e outras vezes o pequeno do grande. (Idem, p.163).

Nessa perspectiva, existiria, pois, na realidade, um governo conveniente a cada país. Entretanto, segundo Rousseau, dentre outros aspectos essenciais às propriedades naturais, o clima, a região, os aspectos físicos, etc., são elementos importantes para evitar a degeneração e para apontar para o modo de governo adequado. Assim, cada região, por suas próprias condições climáticas e geográficas inspira ou propicia um determinado tipo de governo que melhor lhe convém. Por conseqüência, resulta a existência de um povo mais adaptado e com poucas degenerações. Está claro, porém, que não se pode apontar, inequivocamente, para um melhor governo, *“pois, se pergunta de modo absoluto qual é o melhor governo, faz-se uma pergunta tão insolúvel quanto indeterminada, ou, em outras palavras, ela tem tantas boas soluções quantas combinações possíveis há nas posições absolutas e relativas dos povos.”* (Idem, p. 171).

No entanto, o que existe, de fato, são estruturas governamentais que, por inadequação a determinado povo, ou por suas próprias fragilidades, fomentam a degeneração sócio-moral. Isto porque as pessoas não estão preparadas para viverem juntas, os governos, aos quais estas estão submetidas, apresentam-se num misto de falibilidade e incompetência, em função da própria estrutura de comando falho e inadequado, uma vez que, neste contexto, os próprios governantes não possuem embasamento moral e político, ideal para promoverem uma gestão governamental que priorize aqueles a quem comanda.

A degeneração do tecido social apresenta-se, sob todos os aspectos da vida em sociedade, porque as pessoas foram hierarquizando-se através de valores degenerados e construíram um ambiente de disputa e status, atribuindo valores as coisas e desvalorizando as pessoas. Desse modo, prevalecendo o que se tem e, não aquilo que a pessoa é no que diz respeito à formação moral e intelectual, claro está que o tecido social degenerado se

estruturou sob os mais diversos aspectos sóciopolíticos e, principalmente, econômicos, uma vez que a formação individual do homem foi pautada em valores morais degenerados que se refletiram diretamente no seu modo de viver em sociedade, bem como nos governos que elegeram para conduzir a coletividade.

Eis, pois, o modo como descreve Rousseau a sociedade degenerada e os meios através dos quais ela se corrompe. Agora, será importante e conveniente (e o faremos a seguir) pôr em evidência a sociedade tal como ela se configurou, incluindo as formas de associação, os acontecimentos do mundo e a própria constituição psicológica do homem, pois tudo isto se constituiu sem o auxílio de uma moldura pedagógico-política correta e adequada que, segundo Rousseau, abrandaria a excessiva artificialidade, resultante da substituição da liberdade natural pela liberdade civil. (PADOVANI, **História da filosofia**, 1993, p. 343). ²

Como conseqüência desse mencionado abrandamento da artificialidade, haveria a existência de uma sociedade mais propícia ao bom convívio social, que teria uma estrutura psíquica bem melhor desenvolvida, com idéias e valores norteados a partir de uma relação mais harmoniosa com a natureza, fato que propiciaria o aparecimento de meios sociais mais aptos a promoverem o bem estar social de todos, que, para Rousseau, deve ser o fundamento maior da vida em comunidade, pois, a dispersão dos indivíduos, as conseqüências da intolerância mútua promovida pela promiscuidade são elementos capazes de transformar as cidades em verdadeiros “desertos”, haja vista que a instauração do individualismo mostra que pessoas vão se isolando mutuamente, e, este isolamento promove o surgimento de um egoísmo de dimensões assustadoras, exteriorizadas no próprio comportamento humano, diante da incapacidade de perceber a existência do outro ao seu lado.

² Segundo Humberto Padovani para Rousseau a liberdade é um dever imprescindível da natureza humana e exige também a igualdade dos homens em função de sua natureza comum. Neste aspecto, estamos de acordo com Padovani, pois Rousseau propõe a liberdade como elemento essencial e inerente ao próprio homem, por isso ele insiste no *Contrato Social* sobre a necessidade de uma liberdade civil.

CAPÍTULO 3

O DISTANCIAMENTO SOCIAL DA NATUREZA E A NECESSIDADE DE UM RETORNO A ELA.

Neste capítulo, trataremos de expor os seguintes temas: o afastamento do homem da natureza, as formas associativas e o meio social, e a, psiqué humana. Através da análise destes elementos, poderemos compreender que sempre é preciso enfatizar a necessidade de uma educação natural, no sentido de entendermos como e por que necessitamos tanto de uma pedagogia da natureza, esta sendo compreendida enquanto formação educacional estruturada através do aprimoramento da sensibilidade humana aliada à própria natureza, para que esta viabilize o desenvolvimento da racionalidade e promova uma educação que possa propiciar uma boa vida em comunidade. Nesse horizonte, é importante considerar que esta pedagogia precisa conter um projeto de ensino onde o aprendizado irá habilitar o educando a manter-se na posse de seus poderes, sabendo expressá-los plenamente em todos os aspectos de sua vida.

Rousseau, conservando a fé na integridade da natureza, insiste na educação com embasamento na natureza, isto é, para o autor o homem precisa ser compreendido como parte integrante da natureza e, portanto, necessita ser trabalhado em sua formação considerando acima de tudo, seu lugar de origem, a natureza, como elemento fundamental para o norteamento de sua conduta. (BROCA, Pensadores franceses vol.XII, s d, p. 29)³ Neste contexto, ele reconhece com nitidez a importância dessa

³ J. Brito Broca nos diz que: “Rousseau acha que a humanidade fracassou por haver-se afastado da natureza, criando uma civilização artificial, à revelia do instinto, das verdadeiras tendências do ser

pedagogia para o resgate da razão, isto é, se o homem faz uso de sua razão sem suas potencialidades naturais, fatalmente evoluirá de modo ineficaz, tanto em relação aos seus sentimentos quanto em relação a sua própria moralidade.

Para evitar que isto ocorra, Rousseau concebe uma peculiar pedagogia ao distinguir no homem dois aspectos importantes a serem observados: primeiro, seria observar o homem a partir de sua formação moral sem a natureza; e segundo, o homem formado moralmente de acordo com os ditames naturais que cercam a sua própria existência. Tal análise comparativa requer um retorno à questão da educação natural, onde o homem inicia seu aprendizado desde o nascimento e vai passando por etapas educacionais, onde cada uma dessas fases conta com ensinamentos prescritos pela própria natureza, que é defendida por Rousseau como a maior e melhor via para se formar pessoas com idéias justas e claras.

Insiste Rousseau o homem precisa ser educado adequadamente, necessita ser preparado para estar no meio social e isto significa ser formado dentro do seu meio natural, onde tudo que aprender será através da natureza, meio que promoverá sua preparação para viver em comunidade. E, como mencionado acima, esta preparação deve contar com sua própria natureza, isto é, com suas origens e não somente com a racionalidade, se considerarmos que até a própria racionalidade, também, tem necessidade de ser preparada antes de ser utilizada pelo homem, caso contrário, este não saberá nem pensar, nem agir corretamente e tornar-se-á incapaz de reconhecer-se como homem e, muito menos, como cidadão.

Desse modo, a natureza é o grande esteio do homem e, também, a via essencial na fundamentação moral do homem-cidadão e senhor de si, à medida que a originalidade natural preserva e vivifica os elementos morais essenciais para a formação de um caráter digno e justo. No entanto, é preciso notar como o homem aparece no meio social, quando este não resguardou suas origens naturais e nem foi educado através da natureza,

humano.”. Com efeito, Rousseau sempre notabiliza a importância basilar da natureza para formação do homem.

pois o homem, no estado de natureza se encontra pleno em si mesmo. Neste sentido, escreve Rousseau:

O homem natural é tudo para si mesmo; è a unidade numérica. O inteiro absoluto que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. (ROUSSEAU, Jean Jacques, op. cit.,p. 11).

Ao contrário do que ocorre com o homem natural, o valor do homem civil é instituído pelo corpo social. Então, este homem, na medida em que ia desenvolvendo sucessivamente todas as suas habilidades, tornou-se mau, intelectualizado e um verdadeiro escravo das aparências. Desse modo, afastou-se de si mesmo, imergindo em um processo de artificialidade.

Para acompanhar tal processo, Rousseau procura explicar uma cadeia de causas e conseqüências que se relacionam perfeitamente. Para tanto, irá empreender uma investigação genealógica do meio social, isto é, Rousseau empenha-se em explicitar as origens das associações humanas, de modo a identificar as raízes da questão relativa a desnaturação civilizadora e, conseqüentemente, à exigência de uma nova sociabilidade, fundada em uma inédita normatividade pedagógica, pois, na ótica rousseuniana, a pedagogia vigente à sua época, bem como o ambiente social, nada acrescentaram ao indivíduo, muito pelo contrário, o transformaram em um ser incapaz de reconhecer-se como homem cidadão do seu meio social. Sobre isto, leiamos Rousseau:

No estado em que agora as coisas estão, um homem abandonado a si mesmo desde o nascimento entre os outros seria o mais desfigurado de todos. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que estamos submersos abafariam nele a natureza, e nada poriam em seu lugar. (ROUSSEAU, Jean Jacques, op. cit., 1999, p.7).

3.1 O Distanciamento da natureza.

O distanciamento da natureza implica que os homens germinaram a sua própria degradação e superficialidade, à medida que estavam sempre buscando, através de tentativas desesperadas, explicações sobre si, sobre o mundo e os outros. Desse modo, seguiram por caminhos que os enviaram a um distanciamento ainda maior de seus objetivos e, sendo assim, iam se sentindo dispersos no mundo e envoltos em situações que sempre transpareciam a superficialidade da vida e do mundo à sua volta.

O mundo humano foi permeado por muitas situações, das mais diversas naturezas, tais como acontecimentos de ordem natural que modificaram o meio ambiente, descobertas da ciência, da própria história e, em função de tantos acontecimentos, a humanidade, enfim, civilizou-se. Entretanto, esta mesma civilização trouxe conseqüências avassaladoras e introduziu os seres humanos em diversos estágios vivenciais que, quase sempre, arrastaram os indivíduos mais ainda, por grandes evoluções técnico-científicas, algumas vezes catastróficas e, outras vezes, extremamente enriquecedoras para a própria construção histórica do homem.

Assim, os mais diversos tipos de desenvolvimento técnico-científico, bem como as catástrofes e evoluções advindas da própria natureza, obrigaram os homens a se adequarem aos mais diversos modos de existir. Claro está que as próprias instituições sociais iam se multiplicando e, também, se transformando com as pessoas. Poucas dessas instituições mantiveram a sua estrutura original ao longo dos séculos, pois as tradições

milenaes foram pouco resguardadas em meio ao dinamismo frenético das sociedades e a curiosidade incessante dos homens.

Buscando incessantemente, o ser humano lançou-se no mundo, na crença de que era possível buscar novos recursos para preservar, facilitar e transformar sua existência em algo mais agradável para si e para seus semelhantes, e é bem verdade que com a evolução dos tempos, o progresso e as revoluções, realmente contribuíram significativamente para a vida humana ao longo de sua história. Entretanto, na medida em que o mundo progredia, o homem, involuntariamente, distanciava-se de si mesmo, fazendo um longo caminho, rumo ao seu próprio esquecimento, enquanto criatura da natureza.

Cada dia mais distante de suas origens e imerso em sua própria historicidade, o homem foi, ao longo dos séculos, através de suas gerações, experimentando os resultados de suas evoluções e amargou muitas conseqüências provenientes de atos de disputa, cobiça e poder, sentimentos que se perpetraram, com supremacia, nas milhares de organizações sócio-políticas do mundo.

Com a evolução histórico-científica, o tempo foi um dos elementos mais diretamente atingido, pois, à medida que os trabalhos eram executados, em menor espaço de tempo, a ociosidade gerada exigia maior e melhor aproveitamento do tempo que esta própria humanidade se fez dispor. Nesse sentido, quanto mais ócio, mais havia tempo disponível para a criação. No entanto, a ousadia trazia consigo o novo, o diferente e nem sempre havia uma harmonia entre a novidade e o que já estava consagrado. Contudo, mesmo caminhando a passos lentos e querendo muito mais desfrutar das descobertas do que chegar a algum lugar, o homem foi muito longe e desafiou a natureza e o mundo, e quis até mesmo ser Deus, ser superior a tudo e todos. Assim, não se reconhecia mais como criatura, mas, de repente, começou a acreditar-se criador.

Inequivocamente, este homem-deus, ao longo da sua história, conseguiu mudar o mundo e, de muitos modos, apossou-se da misteriosa

natureza com seus sistemas cognitivos, recorrendo as mais diversas ciências, encontrando muitas respostas. No entanto, para chegar a tantos acertos, teve que cometer muitos erros e até proferir crimes contra si, contra seus semelhantes e, também, contra a própria natureza. Nesta perspectiva, tudo sempre teve um preço muito elevado para o homem e nada ocorreu para a coletividade, numa mesma relação de linearidade no tempo. Antes que todos chegassem a participar das mais variadas descobertas da humanidade, ocorrerem grandes lapsos temporais; portanto, quando algo era empreendido num canto do mundo levava um bom tempo até atingir o mundo todo.

Contudo, na sua busca incessante, o ser humano evoluiu em todos os aspectos e acolheu diferenciações em sua constituição física, psico-social e intelectual. As diferenças entre os homens provocaram grandes disparidades entre eles. Nesse sentido, abriu-se um grande abismo que impossibilitou a existência de confraternizações para o compartilhamento dos conhecimentos historicamente gestados. Além disso, este homem orientou-se para valorizar a matéria e degradou a espiritualidade. Ele forjou explicações sobre a terra, o céu, o ar, descobriu muitas coisas valiosas que contribuíram na sua expectativa de vida, e traçou um perfil de si que se mostrou extremamente frágil e impotente diante das adversidades provenientes da própria natureza, fundamento do qual, para Rousseau, não deveria ter-se afastado.

3.2 As formas de associação e a necessidade de retorno à natureza.

Para Rousseau, a sociabilidade se inicia quando as pessoas se agrupam e se unem, a partir de determinados interesses e necessidades comuns. Assim sendo, são estes elementos, (que se constituem desde a privação de alimentos, segurança da própria existência, abrigo para proteção de si e dos seus, até garantia de subsistência), que irão dar o verdadeiro contorno da formação deste agrupamento; isto é, quando se olha para o

fundamento da unidade social é que se pode entender de forma mais abrangente a razão de ser das associações.

As associações, embora fossem se modificando e se adaptando as grandes revoluções, sempre se mantiveram uma espécie de recorrência axiológica, ou seja, à medida que os valores eram fixados iam sendo repassados, de geração á geração, sem muitas vezes considerar o desgaste e até mesmo a própria ineficácia de alguns, que iam ficando obsoletos e ou incompatíveis com as transformações que iam ocorrendo ao longo dos tempos.

Conciliar o que se chamava tradicional, com a novidade, sempre era algo muito complicado e difícil, pois o conteúdo do que surgia como novo, no domínio político, econômico e social, quase sempre era rejeitado, diante do que já estava posto. Essa complicação se dava por diversos motivos, tais como acomodação, medo, insegurança, e tantos outros sentimentos e situações que ocasionavam um recuo diante das descobertas e da própria capacidade transformadora. Assim, o homem deixou-se levar, e foi enquadrando-se, cada dia mais, em formas associativas completamente insatisfatórias a seu engrandecimento social, pessoal e, sobretudo, moral. Subjacente a este embotamento do engrandecimento humano, se encontra um afastamento do meio natural.

E o homem, neste sentido, torna-se mero efeito do meio social que o envolve, e, é nele que adquire um modo de atuar, refletindo muito mais o ambiente em que vive, do que propriamente seu verdadeiro ser. Em resumo, falta-lhe transparência, e, na ausência desta, a aparência triunfa, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma verdadeira indústria de ocultação que caminha por muitas vias classificando e julgando as pessoas, desde a própria aparência física até a simulação de caráter e de comportamento. Assim, o interesse em parecer algo, ou conseguir algo, determina o modo como às pessoas devem se portar no meio social e a partir daí surgem as exposições de diversos tipos de sentimentos e comportamentos que visam muito mais parecer o que convém ao meio social, do que propriamente ser o que se é. Eis o que escreve Rousseau a respeito:

Como, tudo reduzindo-se às aparências, tudo se torna artificial e representado, seja a honra, a amizade, a virtude, freqüentemente mesmo os próprios vícios com os quais por fim se encontra o segredo de se glorificar, como, em uma palavra, perguntando sempre aos outros o que somos e não ousando jamais interrogarmo-nos a nós mesmos sobre esse assunto, em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximas sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão sem sabedoria e prazer sem felicidade. (ROUSSEAU, Jean Jacques, op. cit., 1999. p. 115)

Por conta disso e por reconhecer, em seu próprio meio, uma gama de falsidades e aparências que permeavam seus contemporâneos, que ostentavam valores, crenças e idéias que não praticavam e nem acreditavam verdadeiramente, Rousseau despreza a sociedade de seu tempo. Deste desprezo eclode uma exigência, a saber, a necessidade de uma nova ordem axiológica capaz de resgatar a transparência em meio às encenações excessivas do homem civil. Surge, então, uma questão fundamental: como refundar o cosmos moral do homem?

A implantação dos valores morais é compatível com o sistema sócio-político e econômico adotado por cada tipo de grupo social, ou seja, o próprio legado cultural das sociedades emerge a partir dos costumes e do modo de vida, que estabelecem uma hierarquização de valores. Dentro desta escala de valores que estão presentes desde a indumentária até à formação do caráter dos indivíduos, em suma, as associações exigem conformações. Contudo, todas as formas de associação buscavam sua primária razão de ser na própria preservação dos indivíduos, isto é, as pessoas se reuniam em grupo para que pudessem favorecer a sua própria sobrevivência, de modo seguro e benéfico para todos.

No entanto, desse princípio de fundação da sociedade, o que acontecia era algo muito diferente. *“No segundo discurso, Rousseau analisa a sociedade moderna como não só incorporando, mas promovendo,*

instigando e exigindo profundas e odiosas desigualdades entre as pessoas, o que as empurraria cada vez mais para o caminho da corrupção, da infelicidade e da miséria”. (ROUSSEAU, 1996. p. 109). Como condição, para superação desse estado social patológico, tornou-se, para ele, necessário um retorno às origens remotas da própria condição humana.

Considerando-se que está na natureza a origem do homem, um retorno a esta pode permitir muito mais do que um resgate de valores, uma vez que possibilita, além disto, saber quem realmente somos ou quem devemos ser. Nesse sentido, Rousseau promove uma verdadeira ode à natureza. Deste modo, é possível compreender que a natureza sob qualquer aspecto pode ser vista e estimada como a grande pedagoga da humanidade, ou seja, ela é a feliz possibilidade de trazer os homens de volta ao começo e de lhes dar à chance da própria reconstrução de suas concepções de mundo e modos de vida.

3.3 O Meio social, a psique humana e a necessidade de retorno à natureza.

O meio social é constituído a partir de um determinado conjunto de valores que mantém a existência e a finalidade da sociedade, uma vez que tais valores venham a sofrer mudanças ou transformações, a sociedade, como um todo, também se modificará. Entretanto, o fato que mais ocorreu dentro das sociedades no que diz respeito a sua própria transformação foi, por assim dizer, uma sobreposição de valores, haja vista que as pessoas, a partir de um determinado momento em suas vidas passaram a ocultar seus sentimentos, seus desejos e idéias a respeito de si e do mundo em que viviam, criaram “máscaras” para se esconder e pregavam valores e comportamentos que não acreditavam mais, afastando de si a prática de

boas ações tão fundamentais para uma vida social salutar. (ROUSEAU, **Confissões**, 2008, p.248).⁴

Assim sendo, mantinham uma vida paralela, agindo e se comportando de um modo exatamente oposto a tudo que diziam acreditar, e ainda cultivavam, em segredo, práticas que condenavam diante da sua própria sociedade. Neste sentido, os homens substituíram uma vida transparente e espontânea que possuíam, enquanto entes naturais, por uma outra, regada pela ocultação artificial de si, novo fundamento das relações inter-individuais.

Os indivíduos deixaram-se rodear pela hipocrisia, por laços de falso moralismo e nas cortinas da aparência buscaram, a todo custo, manter uma sociedade que sobrevivia a uma grande contradição entre teoria e prática. Então, sem saber mais no que exatamente acreditar e por não mais, ter segurança no verdadeiro sentido do social, os indivíduos mostraram-se impotentes diante de si e dos seus semelhantes e, mais do que isso, tornaram-se incapazes de reconhecer suas fraquezas e refugiaram-se em futilidades, que eram apresentadas como necessidades essenciais ao bem-estar.

Desse modo, os valores foram se invertendo a ponto de um objeto valer mais que uma vida humana. Nesse contexto, as inquietações da alma despertaram e o mundo foi invadido por milhares de perguntas, que não eram respondidas e tudo que existia sem explicação levou o homem a erguer uma “cápsula protetora” de si e, por conseguinte, refugiado em sua crença e na fé em uma divindade, o homem provocou uma fenda enorme no mundo. No entanto, a religiosidade diversificada se fazia um grande “divisor de águas” entre aqueles que, de um lado, desejavam e acreditavam com fé em um Deus e aqueles que, de outro lado, eram descrentes da existência de um criador desse mundo.

⁴ Rousseau acredita na importância da prática das boas ações e comenta nas *Confissões* que: “Uma das vantagens das boas ações é que elas elevam as almas e as dispõem a praticar outras melhores.”

Foi a partir dessas expectativas, que as sociedades adquiriram formação para reger o pensar, o agir e o sentir dos indivíduos. Nesse sentido, as sociedades representavam cada uma, um verdadeiro mundo particular, pois a existência era regrada, a partir das determinações e crenças de cada grupo social. A natureza era um só fundamento para todos. Agora, encontramos-nos na presença de uma pedra angular social, dotada de extrema flexibilidade e, desse modo, muitos argumentos e credos se manifestavam como a base fundante do mundo social. No entanto, de todas as transformações ocorridas em meio a esta mudança de fundamentos, a mais remível de todas ocorreu no interior do próprio homem, em seu aspecto psicológico.

Genericamente, podemos afirmar que a mudança ocorrida na interioridade humana é efeito de um tortuoso processo de expansão e ebulição, catalizado pelos conflitos sociais e pelo surgimento de fatos que abalaram as estruturas dos grupos humanos. Assim, de todas as mutações ocorridas em função do desenvolvimento da terra e das pessoas, o que mais foi transformado foi à psique humana que, por muitas vezes, deparou-se com a necessidade de construir e reconstruir sua adaptação ao meio.

Nessa construção e reconstrução, o próprio homem construiu para si um modo de viver cheio de insatisfações, repleto de disparidades sócio políticas e também econômicas. Em meio a tantos paradoxos, o indivíduo conseguiu desfigurar sua própria identidade psíquica e perdeu completamente, a noção do valor humano, à medida que projetou no mundo valores, idéias e sentimentos que desfavoreciam o bem-estar humano. Desse modo, o homem submeteu-se as mais perniciosas situações sociais, morais, emocionais que cada vez mais contribuíram para sua própria destruição geral e para o aviltamento de sua estrutura psicológica.

Nesse sentido, o indivíduo conseguiu transformar-se em um inimigo de si mesmo. Mais do que isso, mergulhado profundamente em seus questionamentos, tentando descobrir os segredos da vida e do mundo, o homem fez, a si mesmo, um grande mal, pois causou danos irreparáveis ao meio ambiente em que vivia e também a ele mesmo. Desse modo, surgiu a

necessidade de conceber-se uma saída para sua espécie, ou seja, os seres humanos necessitavam muito, cuidar do mundo, e, acima de tudo precisam cuidar de si mesmos, de modo a restaurar a ordem no seu caos psíquico.

Assim, a espécie humana se viu intimada a encontrar alguma forma de reparar ou mesmo minimizar seus erros, antes que retornasse a barbárie, promovendo sua extinção completa e absoluta. Dentre as muitas possibilidades de se encontrar um caminho seguro, a ser trilhado pelo homem, Rousseau, assegura que no binômio educação e política está a raiz capaz de oferecer uma revisão edificante e reconstrutora da higidez da sociedade humana. Para tanto, nos alerta Rousseau que é preciso resgatar valores compatíveis com a dignidade humana, oferecendo ao homem uma identidade verdadeira, capaz de transformar o mundo novamente, em um lugar povoado de liberdade⁵, igualdade, justiça e segurança.

A exigência fundamental para que isto ocorra aponta, pois, para um outro recomeço, em que o vetor de transformação seguirá um traçado pedagógico, escrito no entrecruzamento entre formação humana, natureza e política. Assim sendo, a pergunta fundamental a ser respondida para o resgate do homem em uma sociedade corrompida é a seguinte: Como deve ser o homem educado próximo a natureza?

⁵ Maciel de Barros coloca que para Rousseau a liberdade é condição mesma do exercício da vontade geral. “As leis eternas da natureza e da ordem existem”, e a vontade geral é a sua expressão. (BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Meditações sobre Rousseau, in Ensaaios sobre Educação**. São Paulo: Ed. U.S.P., 1971, p. 90-91.)

CAPÍTULO 4

UMA FORMAÇÃO PARA O BEM COMUM COM O EMBASAMENTO DA NATUREZA.

Para a humanidade, é necessário se pensar um novo começo, com pessoas justas, livres e capazes de desenvolver idéias conscientes e claras que venham a beneficiar diretamente a espécie humana. É preciso então, desejar o começo de um novo tempo, uma nova ordem social que verdadeiramente reconduza a humanidade para uma vida mais justa, digna, satisfeita e, por conseguinte, feliz.

Para tanto, a possibilidade desta recondução da humanidade reside numa urgência na implantação de uma educação para o bem comum, pois, na realidade, para que exista, mesmo, uma nova ordem social mais digna, o que necessita ser levado em consideração é o modo de como se aplica uma determinada doutrina educacional. Assim, a forma como se fará esta educação é que vai fazer uma diferença significativa entre promover ou não promover o bem comum. Neste sentido, Rousseau propondo a educação do *Emílio* revela que, além dos atributos do homem de natureza, a formação de um homem civil apto a viver promovendo o bem comum é um aspecto necessário para garantir o bem - estar social.

Obviamente, a necessidade de uma educação, que tenha como foco principal o bem comum, já era algo premente desde a época de Rousseau, pois, as pessoas conseguiram criar grandes confusões em suas vidas e se tornaram confusas, inseguras e indecisas, quanto a que rumo tomar para se manter bem. Desse modo, o mundo apresentava-se confuso e muito difícil

compreensão, devido à inconstância, cada vez maior, sobre a valoração das coisas e da própria noção de moralidade e, isso ia produzindo uma gente que não se respeitava, que não se reconhecia no meio coletivo, mostrando-se incapaz de reconhecer o verdadeiro valor dos pequenos gestos, dos próprios objetos e até da própria capacidade do bem agir humano.

Opondo-se a tudo isso, Jean Jacques Rousseau procura sempre mostrar que o homem necessita pensar no bem comum, para poder garantir a preservação de sua espécie, de um modo digno e justo. Nesse aspecto, o autor apresenta uma trajetória da civilização feita através de escolhas conjeturadas e enalças que, em suas limitações, teriam, entretanto, como mérito, ter o objetivo de projetar teleologicamente um melhor futuro.

Rousseau acredita no homem e em sua capacidade transformadora, bem como no seu poder de regeneração moral, pois, para Rousseau é possível pensar um modelo de sociedade com pessoas que, realmente, promovam uma política regida por valores ético-morais, que prezem a coletividade. Neste horizonte, as obras rousseauianas referentes à educação e à política, (*Emílio* ou *Da Educação* e *O Contrato Social*), nos mostram o quanto ainda é necessário se pensar uma coletividade, onde as pessoas possam ser mais fraternas, e assim identificar-se com a dignidade, a justiça e a liberdade.⁶ Para essa finalidade, Rousseau aponta a educação natural como o recurso que possa garantir que o homem se torne consciente de seus atos.

Nesse horizonte, ele faz um apelo para uma superação do fatalismo, segundo o qual seríamos apenas pessoas sem liberdade, inscritas em uma ordem geral e em uma cadeia de acontecimentos. Para ele, o homem é livre por natureza e para ter uma vida social permeada de relacionamentos, que venham a produzir disposições e atitudes humanamente benéficas, seria necessário conjugar razão e sensibilidade.

⁶ Concordamos com Will Durant quando diz que Rousseau se apoiava no sentimento de fraternidade, para tornar a unir os elementos sociais espalhados pelo torvelinho e pela extirpação de antigos hábitos. Que se removeassem as leis, e os homens passariam para um reino de igualdade e justiça. Para Rousseau os homens precisam viver na igualdade e na justiça com fraternidade. (DURANT, Will, **A História da Filosofia**. Tradução: Luís Carlos do Nascimento. Ed. Nova Cultural, Rio de Janeiro, 1996. P. 239.)

Rousseau através de sua teoria educacional, mostra a importância de se manter uma relação de harmonia com a natureza, enfatizando a questão de se construir um mundo com pessoas livres, conscientes e responsáveis por seus atos. Segundo seu pensamento, o homem longe da natureza fica desnaturado, afastado de si mesmo e, como bem se sabe, vai transformando sua existência em algo repleto de adversidades e de grandes conflitos. Assim, pensar em educar para se construir o bem comum é permitir-se compreender a situação emergencial do mundo e dos próprios homens.

Ao apresentar seu modelo educacional, Rousseau mostra que o indivíduo, ao nascer, não seria originalmente mau, pois, ao desconhecer a própria acepção de mal, ele viria ao mundo com uma bondade originária. Assim, a criança, em seu desenvolvimento, por desconhecer a maldade e o vício, não terá como praticá-los; entretanto, até a criança precisa receber um tratamento adequado para que possa desenvolver, corretamente, sua sensibilidade e atingir a fase da adolescência com um equilíbrio necessário, para poder se tornar um homem cidadão. Neste horizonte, temos a educação negativa de Rousseau propondo, sempre, uma interação harmoniosa entre a criança e a natureza onde, todo o tratamento dedicado ao bebê, deve primar pela simplicidade, isto é, tudo deve ser bem simples e natural, haja vista que todos os seres humanos são parte da natureza, e que ela é o lugar de origem da humanidade. Sobre isto, Cassirer nos diz que para Rousseau:

*O papel da educação natural é o de evitar a criação de um pequeno tirano ou de um pequeno escravo. Devemos permitir que a criança encontre por si mesma os limites de suas próprias capacidades; devemos argumentar com ela apenas quando for suficientemente adulta para raciocinar -esta é a única forma de se criar o homem natural. (CASSIRER, **A questão Jean Jacques Rousseau**. 1999, p. 25).*

4.1 Homem x Natureza.

O que o homem, no estado civil, vivencia é reflexo dos grandes conflitos desencadeados entre o homem e a natureza, conflitos que afetaram diretamente a vida, e todos os segmentos sociais e abalaram, de modo profundo, à própria estrutura sócio-política e econômica que, por sua vez, atingia o indivíduo na sua essencialidade, no seu ser moral.

O mundo inteiro foi abalado quando o homem, de algum modo, foi buscando obter algo que cada vez mais lhe trouxesse poder e superioridade. Assim, seguiu em frente, em suas empreitadas audaciosas, sempre causando desequilíbrios no ecossistema e abalando a harmonia natural das coisas. Nesse horizonte de desequilíbrio, o homem civil fechou os olhos para a violência que comete contra a natureza, ou seja, desapareceram sentimentos que pudessem gerar algum tipo de constrangimento entre as pessoas, diante dos absurdos que surgem através da degradação progressiva da natureza. Sobre isto leiamos Rousseau:

Se pensardes nas misturas monstruosas de alimentos, nos temperos perniciosos, nas mercadorias adulteradas, nas drogas falsificadas, nas trapaças daqueles que as vendem, nos erros daqueles que as administram, no veneno das vasilhas em que são preparados; se prestardes atenção às doenças epidêmicas oriundas do ar confinado entre as multidões de homens reunidos, às que ocasionam a delicadeza de nosso modo de vida, às passagens alternadas do interior de nossas casas para o ar livre, ao uso da roupa vestida ou desvestida com pouquíssima precaução e a todos os cuidados que nossa sensualidade excessiva transformou em hábitos necessários e cuja negligência ou privação nos custa imediatamente a vida ou a saúde; se levardes em consideração os incêndios e os tremores de terra que, consumindo ou revirando cidades inteiras, fazem que os habitantes morram aos

milhares; em uma palavra, se reunirdes os perigos que todas essas causas juntam continuamente sobre nossas cabeças, vereis como a natureza faz que paguemos caro o desprezo que demos às suas lições.
(ROUSSEAU, Jean Jacques; op. cit; 1999, p. 129.)

Mas, afinal, nos cabe um questionamento: se o mundo foi invadido pelos mais diversos pensamentos e sentimentos, se as pessoas desenvolveram concepções e criaram expectativas diferentes sobre problemas referentes às questões da natureza, então, como se pode indagar por uma conscientização comum a todos?

Ora, deve atentar que, antes de todas as formações educacionais, todos são seres humanos e, por consequência imediata, seres iguais, não importa em que lugar do mundo se viva, não importam as concepções ou modo de vida. Por mais que existam situações opostas de modo de viver, ainda assim, todos fazem parte da raça humana e por isso sempre será necessária a auto-conservação e isso se inclui o lugar onde se vive, o planeta Terra. Então, através desse elemento comum, será possível pensar na possibilidade de um ideal de bem-comum e, assim, assegurar uma proposta para o bem viver.

Nesta perspectiva, Rousseau conseguiu compreender que o homem vivendo mal, dentro do meio social, está sempre rumando para sua autodestruição e que, o modo egoísta e individual com que seres humanos impuseram aos seus semelhantes, através de sistemas sócio-políticos, que sempre produziam uma hierarquização fundamentada em função da questão econômica, mostra, cada vez mais, que há a necessidade de se propor novos valores para a ordem social porque, à medida que surgem os reflexos de uma política social degenerada, são mais evidentes as degradações morais que se perpetuam ao longo das gerações. Neste sentido, é possível identificar muitas disparidades sócio-políticas e principalmente econômicas, nas sociedades que se subdividiam em diferentes modos organizacionais.

Em função das inúmeras e diversas subdivisões sócio-políticas existe, de um lado, o domínio de pequenas minorias que se dedicam a uma investigação constante do mundo e, do outro, a grande maioria que fica

alheia a fatos e descobertas que podem modificar suas vidas para sempre. Assim, as pessoas, simplesmente, vivenciam as coisas e os fatos, muitas vezes sem saber o porquê de tudo que acontece, isto é, não sabem e nem percebem a diferença entre as coisas que são provocadas pela ação do homem, no meio ambiente, e as coisas que não são.

Rousseau remete à falta de uma boa formação social e política a existência dessas discrepâncias entre as pessoas, e, apesar de tudo isto, para ele ainda é possível aliar a razão aos valores morais, que podem ser adquiridos, trabalhando a sensibilidade. Para tanto, necessita-se de uma educação natural, que resgate nos homens um sentimento unificado de solidariedade com seus semelhantes e com seu próprio mundo, para que as disparidades possam ser minimizadas entre todos. Então, o que interessa fazer é uma reeducação humanizadora, onde as pessoas possam ter a capacidade de olhar o mundo, com os olhos cheios de solidariedade, compreendendo a importância e urgência de se pensar uma fórmula, que contenha como ponto essencial o bem comum.

Para essa finalidade, não basta apenas reconhecer os problemas sociais, é preciso ir além. Essencial é que se avaliem, as causas e, principalmente, as conseqüências, pois, no que diz respeito ao meio coletivo, o bem estar é algo determinante para uma boa vida. O problema da diferença econômica se apresenta na sociedade como algo que não é somente falta de consciência de alguns indivíduos, mas sim algo que ultrapassa os pequenos grupos e atinge toda a humanidade, de modo direto e irrestrito. Desde que o homem buscou de forma desmedida romper sua relação tranqüila e positiva com a natureza, isto vem se acumulando ao longo dos tempos e vai cada vez mais evoluindo para situações cada vez mais catastróficas. Leiamos Rousseau:

Não foi sem esforço que conseguimos tornar-nos tão infelizes. Quando, por um lado, se consideram os imensos trabalhos dos homens, tantas ciências profundas, tantas artes inventadas, tantas forças empregadas, abismos superados, montanhas arrasadas, rochas arrebatadas, rios tornados navegáveis, terras arroteadas, lagos sulcados,

pântanos esgotados, enormes construções erguidas sobre a terra, o mar coberto de navio e de marinheiros, e por outro lado, se procuram verdadeiras vantagens que resultaram de tudo isso para a felicidade da espécie humana, não se podia deixar de ficar impressionado com a imensa desproporção que reina entre essas coisas, e deplorar a cegueira do homem que, para alimentar seu louco orgulho e não sei que vã admiração por si próprio faz com que corra com ardor atrás de todas as misérias de que é suscetível e que a natureza benfazeja tivera o cuidado de afastar dele. (Ibidem, p. 127.)

A humanidade, se propondo uma desnaturação constante, foi ao encontro de sua própria laceração social, política e, sobretudo, moral e, neste sentido, promoveu um individualismo, que foi implantado dentro do ambiente social, criando uma coletividade sem teor social.

Para conseguir resgatar a priorização do bem estar comum à sociedade, ela precisa estar atenta para a necessidade da união de todos os seus partícipes, objetivando tornar-se forte, para conseguir sobreviver. Mas, para tanto, deverá rever valores e conceitos sobre a importância do bem-comum enquanto princípio essencial da vida humana, ou seja, trata-se de uma atitude que vai muito além de proporcionar maior expectativa de vida, mas sim de verdadeiramente, garantir que as gerações futuras tenham a oportunidade de ter uma vida relativamente saudável, em um planeta ainda possível habitável.

Assim sendo, é preciso considerar a própria qualidade de vida das pessoas, tanto no aspecto físico, como no psicológico, além de avaliar o aparecimento das mais diversas e terríveis doenças provenientes do desequilíbrio causado pelo próprio homem na natureza. Considerando, também, que seria necessário minimizar as mais diversas situações calamitosas, Rousseau propõe o início de um processo educacional de conscientização da necessidade constante de se olhar o mundo com olhos mais abertos e solidários. Por isso, ele sempre recorreu à necessidade da relação harmoniosa entre o homem e o seu lugar de origem; dessa forma, o autor tentava evidenciar o quanto a natureza é parte integrante do bem estar do homem, pois será dentro da relação entre o

homem e a natureza que se identificará todos os elementos necessários para que se possa pensar no resgate ético e espiritual do homem social. (ROUSSEAU, **Os devaneios de um caminhante solitário**, 1986, p.102).⁷

4.2- Educar para cidadania.

Rousseau percebia as pessoas vivendo em um mundo repleto de exclusões, que eram criadas e fomentadas pelo próprio homem. Neste sentido, o surgimento de uma proposta pedagógica orientada para a cidadania efetiva atingia, diretamente, toda uma estrutura moral falida e superada e, para tanto, não bastaria que pequenos grupos compartilhassem de determinados valores, era preciso, também, uma disseminação generalizada de idéias e valores embutidos, em uma proposta de formação educacional, voltada para o esclarecimento, especificamente uma educação natural, que formará pessoas habilitadas a reconhecer que poderão ser capazes de fazer escolhas corretas e que assim ficarão menos sujeitas a uma submissão opressora, advinda de políticas impostas e injustas.

Neste sentido, é muito importante se ter conhecimento das regras e leis norteadoras da sociedade e que regem a conduta do indivíduo, principalmente no âmbito coletivo, pois as pessoas, estando conscientes da importância de se estabelecer uma política voltada para o social, certamente saberão propor regras de convivência que estejam mais de acordo com suas próprias expectativas quanto a um bem viver social. Para pensar na existência de um Estado, que verdadeiramente expresse o desejo do povo e, ao mesmo tempo, garanta as liberdades individuais é preciso atentar não somente para o regime político, mas, sobretudo, para a capacidade dos

⁷ Sobre o sentimento de Rousseau em relação à importância da natureza para sua vida e, por conseguinte para os homens, eis o que escreveu na parte final de sua sétima caminhada dos *Devaneios do Caminhante Solitário*: “ Os prados, as águas, os bosques, a solidão, a paz, e sobretudo, o repouso que se encontra em tudo isso são continuamente retraçados por ela à minha memória. Ela me faz esquecer as perseguições dos homens, seu ódio, seu desprezo, seus ultrajes e todos os males com que pagaram minha terna e sincera afeição por eles. Transporta-me para as claras habitações das pessoas simples e boas com quem vivi outrora.”

indivíduos de compreenderem a relação entre o particular e o coletivo, entre o indivíduo e o cidadão, pois o que realmente deve haver é uma relação harmoniosa, entre o indivíduo e a sociedade, onde este referido indivíduo se reconheça, também, cidadão atuante, dentro do ambiente social.

Pois bem, considerando que os indivíduos organizados precisam estar cientes de seus direitos e deveres, observa-se que é necessária a compreensão do regime escolhido, para manter o povo integrado em uma coletividade. Afinal, como afirmamos alhures, a cidadania somente pode atingir uma plenitude, quando o indivíduo se reconhece na pessoa de um cidadão responsável e ciente de seu papel no Estado.

Para haver esta sociedade consciente, como dito anteriormente, Rousseau apontou uma formação educacional, capaz de aliar homem e natureza para, neste retorno necessário do homem à suas origens, o ser humano atingir uma consciência de si e do mundo, de modo esclarecido. Isto será viabilizado quando se educar a criança, o adolescente e o jovem adulto de maneira natural, para que possam, através do ambiente natural, encontrar sua base moral. Assim, sua razão estará plena para a importância da necessidade do bem estar coletivo, o elemento essencial para uma vida em sociedade, com expectativas de mais justiça e dignidade entre todos.

De todos os regimes políticos, a democracia é um regime que propõe a soberania popular e, nela, o Estado aparece com a finalidade de assegurar o bem comum. A democracia se apresenta, então, como um regime político, capaz de garantir uma vida livre, segura e justa, mas para que isto realmente possa efetivar-se é necessário, antes de tudo, ter sempre em mente que é o povo quem promove sua própria existência social, cria, aprova e aplica suas próprias leis e atribui seu poder ao Estado, para que este possa garantir e assegurar o corpo político democrático. Neste horizonte, viver em um regime democrático, verdadeiramente, e compreender a necessidade e importância de uma participação ativa, junto ao governo, é assumir o papel de cidadão, que precisa estar informado e consciente de suas próprias decisões, devendo, sempre, prezar pela supremacia da coletividade, isto é, no Estado

as liberdades individuais devem sempre estar harmonizadas e conciliadas com a liberdade coletiva.

Rousseau sempre propôs que o homem, enquanto ser naturalmente bom e livre necessitava garantir sua liberdade, entendida como algo inerente à sua própria natureza. Mais do que isto - todos os valores que devem reger a conduta humana podem ser escolhidos e hierarquizados, através de uma pedagogia da inclusão social, que abrange todos os segmentos necessários à formação humana. E isto é referente a uma reestruturação política geral, que terá início nas micro-células sociais e será finalizada na macro-célula social, reconhecida como Estado.

Neste sentido, trata-se de um longo processo, onde as pessoas capacitadas a conciliar suas liberdades individuais e coletivas, novamente viverão em um meio social mais humano, estabelecendo uma reavaliação de tudo aquilo que regimenta sua existência, e, principalmente, sabendo que, elas mesmas, estão submetidas a um modo de vida criado por elas próprias e que, assim sendo, são perfeitamente capazes de se propor qualquer tipo de reavaliação, em qualquer aspecto da vida. Através do resgate da cidadania, as pessoas poderão sentir-se mais integradas ao seu contexto social e haverá espaço para que os indivíduos possam ser preparados, de forma adequada, para enfrentar suas adversidades, com um maior reconhecimento de sua condição humana e política. “E para que o corpo político se desenvolva, não basta o ato de vontade fundador da associação, é preciso que essa vontade se realize. Os fins da comunidade política precisam ser realizados.” (NASCIMENTO, Milton Meira, Organizador Francisco C. Weffort, 1995. p.197).⁸

Assim, com uma educação política, o homem se definirá melhor e poderá traçar caminhos mais condizentes com seus objetivos sociais, através de um norteamento, advindo da educação. Por ela, o ser humano transformará, inevitavelmente, de forma positiva os rumos traçados

⁸ Milton Meira destaca que para Rousseau a realização dos fins da comunidade política é o fundamento para o corpo político, com efeito, Rousseau no Contrato Social propõe a importância da manutenção do ato de vontade fundador da associação através do pacto de todos entre si para atingir a liberdade civil.

anteriormente para coletividade. Portanto, trata-se de fazer política, de modo consciente, conhecendo as limitações e necessidades de uma vida em sociedade, onde as degenerações sociais poderão ser suprimidas.

Rousseau, ao refletir sobre a degenerescência social de sua época, há mais de duzentos anos, sua opinião ainda continua atual, pois quando expõe as bases morais, nas quais estão imersas a vida social contemporânea, onde o individualismo, a ganância, a ausência de solidariedade, a discriminação sem limites e o desejo do poder e do dinheiro assumem papéis fundamentais na estrutura das relações sociais, tem-se a nítida impressão que se trata dos mesmos povos e dos mesmos sistemas políticos falhos, apenas perpetuados, através das gerações à mesma estrutura moral que ameaça uma vida livre e digna dentro da sociedade.

4.3. Educação e política: uma relação necessária.

Com os valores éticos suplantados, as organizações políticas capitularam, frente ao poder econômico, e, de tal modo, que o fator econômico obteve um papel decisivo para o destino das sociedades. Neste aspecto, a escala de valores trazia o poder econômico na base de toda relação social e as pessoas iam se dividindo e se separando, umas das outras, em função do dinheiro. Então, de repente, o desejo de se fazer o bem ou de se querer o bem social passou a ser algo completamente superado, pelo desejo de posse. E tudo isto se fazia, de um modo bastante claro, uma vez que as pessoas inverteram seus valores éticos, era natural que agissem, a partir desta inversão de seus referidos valores éticos.

Rousseau sempre destaca que, só o homem, moralmente educado, pode ser um verdadeiro cidadão, capaz de promover o bem comum, pois, sem uma formação moral correta, os indivíduos enquanto cidadãos se desconhecem, isto é, são incapazes de reconhecer seus próprios direitos e deveres, dentro da sociedade. Desse modo, todos ficam a mercê de alguma

minoria enclausurada no poder, em função de sua própria superioridade econômica. E o poder hegemônico, adquirido através da inércia do povo, despreparado e alheio à sua própria realidade, faz-se conivente aos desmandos de seus governos.

Mesmo assim, as pessoas ainda se acreditam livres e cidadãos, muito embora não tenham, sequer, conhecimento das leis que regem suas vidas. Desse modo, todos estão dentro de uma mesma sociedade, em que o Estado se tornou incompetente para garantir o bem-estar da maioria, uma vez que o controle do Estado se encontrava nas mãos de uma pequena parcela privilegiada da sociedade. Então, sob esta ótica, é possível compreender as disparidades que ocorrem dentro de uma mesma sociedade, ou seja, muito embora os cidadãos comunguem de um mesmo regimento, o modo de viver e as condições de vida são muitos diferentes entre eles e existem, também, notáveis diferenças no modo de pensar e agir das pessoas que, não obstante, pertençam a um mesmo grupo social, mas vivem sob condições distintas.

Neste sentido, pode ser observado que não existe cidadão, uma vez que, para haver cidadania efetiva é preciso que o povo perceba o significado de tão importante palavra, em sua vida particular e social. É preciso, também, reconhecer a necessidade da implementação de políticas voltadas para o bom funcionamento do Estado, pois isto é um fator essencial para se garantir uma vida coletiva salutar. Desse modo, é necessário que todos compreendam o significado de fazer política, ato constante na vida e que se reflete, diretamente, na vida em comunidade.

Portanto, os indivíduos devem se sentir capazes de promover políticas, que venham beneficiar-lhes diretamente e, as pessoas devem estar aptas a lutarem por seus direitos, conscientes de que tudo que existir no meio social deve favorecer a todos. No entanto, enquanto houver uma situação de domínio da minoria, qualquer proposta que vise o bem-estar social será considerada impraticável e, por conseguinte, subsistirá um meio social precário. Não se trata somente de avaliar a precariedade e as condições subumanas, em que muitas sociedades se encontram imersas, trata-se,

igualmente, de lançar luz sobre todas as formas de associações e degenerescências morais e físicas, acarretadas pelas mais variadas situações de pobreza e miséria, em que muitos vivem, porque o homem se encontra, a cada dia, mais acorrentado em seus próprios grilhões de miséria, solidão, incompreensão, desespero e fome.

Neste horizonte, o despertar para importância da política, através de uma educação consciente, pode fazer com que o homem se perceba melhor e veja que está vivendo em um mundo doente e que ainda existe uma chance de melhorá-lo, para as gerações futuras, de modo que estas gerações tenham suas liberdades protegidas; e isto de tal modo que estes possam desfrutar, efetivamente, de suas liberdades em um contexto civil. Assim, é preciso pensar em uma resposta positiva para a questão referente à proposta política de Rousseau: *“O Contrato social permite ao homem ser livre em sociedade?”*

Nesse sentido, a reflexão social rousseuniana vem mostrar que, mesmo não havendo fórmulas que venham a resolver completamente a degradação causada pela humanidade contra si mesma, é possível pensar-se na possibilidade de um homem-cidadão, capaz de propor um Estado que retorne as suas origens, isto é, um Estado que existe para manter uma unidade justa e digna dentro da comunidade, onde a possibilidade de esclarecimento sócio- político e econômico, seja algo viável através da formação educacional direcionada para despertar nas pessoas valores humanos essenciais, tais como: honestidade, respeito, dignidade.

Tudo isto, para Rousseau, aparecerá somente como um reflexo de uma educação embasada na natureza, que visa primordialmente à pessoa e o bem estar coletivo, pois, somente assim, haveria como se pensar que ainda é possível uma reposição de valores e, também, uma reformulação de idéias sobre o mundo, tendo como conseqüência o repensar o todo social, econômico e político.

Portanto, enquanto não houver uma possibilidade viável de se estruturar uma educação, embasada na natureza, apontando como

finalidade última o bem comum e evidenciando uma conscientização efetiva sobre a situação social, política e econômica da humanidade, o homem não poderá sair do estado de guerra com seu próprio mundo, principalmente, consigo mesmo e não conseguirá viver uma cidadania de fato e, muito menos, manter harmonia com a natureza, pois a ausência do reconhecimento da necessidade de se verificar a importância da sobreposição de valores humanos, em detrimento de valores materiais, no que diz respeito ao bem estar individual e coletivo, sempre acarretará prejuízos irreversíveis para humanidade como um todo.

CONCLUSÃO.

A ausência de uma formação educacional, capaz de promover uma conscientização efetiva sobre a importância da cidadania, bem como sobre a necessidade do bem estar social para todos da sociedade, aponta para uma alienação, generalizada, moral, social e material que leva o homem sempre de volta a um estado de eterna luta entre os que possuem e os que nada têm. Neste contexto, não há o que se pensar em comunidade, muito menos em pessoas capazes de promover e zelar pelo bem comum.

Considerando que o meio social é constituído a partir de um determinado conjunto de valores, que mantém a existência e a finalidade social, se os valores se transformam a sociedade, como um todo, também se transforma. E o que mais ocorreu dentro das sociedades, no que diz respeito às mudanças e às transformações, foi uma espécie de inversão de valores, isto é, a partir de um determinado momento, as pessoas tornaram-se desconhecidas de si mesmas e dos seus semelhantes ocultando sentimentos, idéias e desejos, a respeito de si e do mundo em que viviam, agindo e demonstrando apenas valores e comportamentos que não acreditavam mais, e tudo isto, em função de uma conveniência hipócrita, fundamentada numa grande contradição, entre teoria e prática, dentro do ambiente social.

Rousseau, ao considerar que está na natureza a origem do homem, nos alerta que é preciso resgatar valores e idéias compatíveis com a dignidade humana, e que um retorno a natureza pode permitir um verdadeiro resgate de valores, para se pensar na possibilidade de uma reconstrução do homem, quanto as suas concepções de mundo e modos de vida, e, assim, viabilizar uma sociedade mais humana e mais voltada para o bem comum.

Para tanto, as sociedades poderiam se permitir uma reavaliação de seus valores e conceitos, em prol da criação de uma unidade de padrões de

comportamento, estabelecidos para beneficiar diretamente o mundo em que todos vivem, isto é, trata-se de pensar um modo de fazer com que as pessoas, independentemente de credo, posição política, religião ou cor, compreendam o quanto é preciso manter uma relação direta e harmoniosa com a natureza, onde esta possa torna-se capaz de produzir pessoas com idéias justas, claras e capazes de pensar no social, como um elo fundamental entre os seres humanos.

Nesse horizonte, é preciso pensar sobre o bem comum e sobre como promovê-lo entre os semelhantes para que estes, no desejo de uma coletividade, possam não somente se submeter a uma educação consciente do bem coletivo, mas, sobretudo, garantir este bem às futuras gerações que se seguirão na perpetuação da humanidade. Assim, partindo do princípio de que todos estão irmanados pela sua própria condição humana, o aprendizado de um modo geral, deve ter como finalidade o bem estar de todos. Então, as pessoas poderão ser vistas de um modo mais solidário e generoso sem se levar em consideração quaisquer atributos ou condições que não sejam a de um ser humano que tem obrigação de garantir a própria preservação e a de seus semelhantes em um ambiente salutar. Neste sentido, pensar uma educação para o bem comum é, exatamente, pensar um educar que possa, também, promover uma política embasada em uma cidadania efetiva, entre os participantes da sociedade, e a própria eficácia do bem coletivo pode estar numa cidadania consciente.

Nessa perspectiva, trata-se de se pensar em uma força maior capaz de restabelecer a harmonia do homem com a natureza, consigo mesmo e, sobretudo, com seus semelhantes, isto é, uma “forma de associação” capaz de transformar as liberdades individuais em uma garantia para se viver livremente dentro de uma sociedade, em que a justiça, a igualdade e até mesmo a utilidade estejam lado a lado.

Jean Jacques Rousseau interessava-se pela necessidade de constituir uma união social verdadeira. Então, a base de todos os direitos está na ordem social que se fundamenta através das convenções que devem estar em unanimidade. Todo direito é político por natureza e só tem sentido dentro

da sociedade que ele constitui. Uma sociedade precisa ter regras jurídicas, políticas, religiosas e econômicas, e acima de tudo, cidadãos conscientes e educados para compreender o bem comum como fundamento e finalidade do meio social. No entanto, uma sociedade verdadeiramente justa é uma possibilidade que escapa a própria história, ela só é possível em torno de um saber crítico e de uma atitude nova.

Rousseau, através do homem campestre, mostra que a desigualdade pode ser suprimida, sob um aspecto simbólico, pois um caminho que efetivamente pudesse extinguir a desigualdade não apareceu, uma vez que não bastaria uma vida agrícola, em comunidade, para garantir a igualdade e também não seria possível transformar uma vida citadina em uma vida campestre. Contudo, é algo quimérico crer que os conflitos e os problemas sociais se dissipariam numa economia de subsistência, onde só se produzisse o bastante à própria sobrevivência, na qual o excesso e o luxo não participariam.

As argumentações de Rousseau refletem, sempre, a respeito de seu otimismo em relação aos homens e, de como estes podem construir e reconstruir sua existência e suas relações com a natureza e, também, entre si. E neste ponto a educação proposta através da obra *Emílio ou da Educação*, mostra o quanto é preciso, e também necessário, que a formação educacional tenha um norteamento moral, fundamentado em bases sólidas, adquiridas a partir da própria natureza, porque à medida que o homem adquire consciência da importância de viver dentro do seu lugar de origem, a natureza, compreende que importa preservar seus valores morais, e este poderá refletir, diretamente, no seu convívio com seus semelhantes resgatando, neste convívio, o bem estar social de todos; então, a possibilidade de bem viver, dentro do ambiente social, surge como algo perfeitamente viável.

Nesse horizonte, Rousseau faz-se presente em nosso tempo, à proporção que se percebe um mundo degradado e permeado de relações e valores sociais invertidos e antagônicos ao próprio bem-estar social, onde a natureza esta em dissonância com o ser humano, que passou não somente a viver em desarmonia com seu meio, mas desencadeou, ao longo de sua historia, processos de degenerescência moral e social.

Esta dissertação, ao resgatar o pensamento de Rousseau, sobre a importância de uma formação educacional, com o embasamento na natureza, bem como o reflexo desta educação para uma sociedade de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, tenciona contribuir, com toda e qualquer força mobilizadora, que tenha por objetivo abrandar ou diminuir o desgaste moral do nosso tempo, no sentido de que seja possível repensar a possibilidade de uma reestruturação nas bases educacionais, onde o vetor de transformação seja respaldado, a partir de um traçado pedagógico, escrito no entrecruzamento entre formação humana e natureza, para que isto possa refletir, diretamente, na atitude comportamental do indivíduo com finalidade precípua de que ele seja capaz de se reconhecer, também, um cidadão cômico de todos os seus direitos e deveres para com a sociedade humana da qual é integrante efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Meditações sobre Rousseau**. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Dezembro de 1963. Separata do volume 6.

BROCA, Brito J. **Pensadores Franceses vol. XII**. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, s.d.

CASSIRER, Ernst. **A questão Jean Jacques Rousseau**. São Paulo: Unesp, 1999.

LUZURIAGA, Lourenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987

MONDOLFO, Rodolfo. **Rousseau y la conciencia moderna**. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

QUIRINO, C. G. et al. **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. São Paulo: Quieroz, 1980.

ROLLAND, Romain. **O pensamento vivo de Rousseau**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Confissões**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

_____. **Obras de J.J. Rousseau. I Obras Políticas**. Rio de Janeiro: Globo, 1962.

_____. **Oeuvres Completes**. Paris: Pléiade Gallimard, 1964.

_____. **Essai sur L'Origine des Langues.** Itália: A. Longo-Ravennes, edição bilíngüe, 1970.

_____. **O Contrato Social. In: J. -J. ROUSSEAU. O Contrato Social e outros escritos.** 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **Contrato Social.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens.** Mira-Sintra: Europa-América, 1976.

_____. **Emílio ou Da educação.**São Paulo: Martins fontes, 1999.

_____. **A nova Heloísa.** Campinas: Unicamp, 1994.

_____. **Discurso sobre a origem da desigualdade.** Brasília/São Paulo: UNB/Àtica, 1989.

_____. **Os devaneios de um caminhante solitário.** Brasília: UNB, 1986.

_____. **Escritos sobre a religião e a moral.** Campinas: Unicamp, 2002.

STAROBINSKI, Jean. **Jean Jacques Rousseau: la transparence et l'obstacle.** Paris: Gallimard, 1971.

_____, **Jean Jacques Rousseau, a transparência e o obstáculo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Luis Vicente. **A democracia em Rousseau. A recusa dos pressupostos liberais.** Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

